

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ECONOMIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ELEN SANTOS PEREIRA

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE INÊS DE CASTRO EM FERNÃO LOPES E LUÍS
VAZ DE CAMÕES: UM ESTUDO COMPARATIVO

NOVA IGUAÇU
2011

ELEN SANTOS PEREIRA

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE INÊS DE CASTRO EM FERNÃO LOPES E LUÍS
VAZ DE CAMÕES: UM ESTUDO COMPARATIVO

Monografia apresentada ao Curso de História como requisito parcial a obtenção do Título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientadora: Professora Dr^a RAQUEL ALVITOS PEREIRA

Nova Iguaçu
2011

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE INÊS DE CASTRO EM FERNÃO LOPES E LUÍS
VAZ DE CAMÕES: UM ESTUDO COMPARATIVO

Monografia apresentada ao Curso de História como requisito parcial a obtenção do Título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Banca Examinadora

Raquel Alvitos Pereira – UFRRJ

Marcelo Santiago Berriel – UFRRJ

José Costa D'Assunção Barros – UFRRJ

Resumo

O intuito do presente estudo foi analisar uma importante personagem feminina do século XIV português a partir da perspectiva de dois autores que embora tenham vivido em épocas distintas constituem-se como referências importantes para a historiografia e a própria produção de memória da nação portuguesa. Fernão Lopes (1380-1459), o primeiro desses autores, atuou como cronista da corte portuguesa no quatrocentos enaltecendo a Dinastia de Avis e, dessa forma, contribuindo para sua consolidação. Luís Vaz de Camões (1524-1580), o segundo autor selecionado, foi um célebre poeta de Portugal e é considerado uma das maiores referências da literatura no Ocidente. Em suas narrativas, ambos traçam o perfil de Inês de Castro (1325-1355), uma mulher natural de Galiza que passou a circular na corte portuguesa a partir de 1340, ocasião em que chegou à Portugal na comitiva de Constança Manuel prometida em casamento a D. Pedro. Envolveu-se com o infante D. Pedro e sua história ganhou destaque pelo fim trágico que lhe sucedeu: o assassinato da dama a mando do rei D. Afonso IV.

As obras *Crônica de D. Pedro I* e *Os Lusíadas* têm um propósito em comum que é a exaltação da nação portuguesa e apesar de diferenças em torno do perfil da dama galega, os autores preservam expressivas continuidades ao traçar a imagem de Inês de Castro, sobretudo em relação ao amor que o monarca lhe devotou.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM	TÍTULO	REFERÊNCIA	PÁGINA
Imagem 1	“Morte de Inês” ou “Drama de Inês de Castro”	http://lusitanapaixao.wordpress.com/page/2/	p. 66
Imagem 2	“A que depois de morta foi Rainha”	http://lusitanapaixao.wordpress.com/page/2/	p. 66
Imagem 3	Foto do túmulo que D. Pedro mandou construir para Inês de Castro	http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:T%C3%BAmulo_de_D._In%C3%AAs_de_Castro.jpg	p. 67
Imagem 4	Foto do túmulo que D. Pedro mandou construir para si	http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:T%C3%BAmulo_de_D._Pedro_I.jpg	p. 67

Sumário

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1 – O CASAMENTO MEDIEVAL NO JOGO DAS RELAÇÕES DE PODER ENTRE AS GRANDES CASAS DINÁSTICAS.....	
1.1 Igreja, poder e relações de parentesco.....	11
1.2 Literatura cortês e formação dos valores aristocráticos associados ao amor.....	18
CAPÍTULO 2: A IMAGEM DE INÊS DE CASTRO DIFUNDIDA PELA HISTORIOGRAFIA E PELA PERSPECTIVA LITERÁRIA DE CAMÕES.....	
2.1 D. Inês de Castro e os conflitos entre linhagens.....	27
2.2 A idealização de Inês de Castro na narrativa de Camões.....	34
CAPÍTULO 3: A CONSTRUÇÃO DO MITO INESIANO.....	
3.1 – Fernão Lopes e sua inserção político-social.....	45
3.2 – Inês de castro na perspectiva de Fernão Lopes.....	47
CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61
ANEXOS.....	63

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado *A construção da imagem de Inês de Castro em Fernão Lopes e Camões: um estudo comparativo* pretende recuperar traços do mito construído em torno da figura de Inês de Castro tomando como referência dois autores consagrados na historiografia portuguesa: Luis Vaz de Camões e Fernão Lopes. Entre os escritores percebe-se na construção da imagem da Inês mais traços de continuidades do que rupturas. Para melhor entendimento dos argumentos que serão desenvolvidos é necessário recuperar alguns aspectos contextuais, mormente aqueles que dizem respeito ao reino português do século XIV, período do enlace de D. Pedro e Inês de Castro. Além disso, convém recuperar nuances acerca das relações sociais, especialmente aquelas que ordenam os relacionamentos na sociedade portuguesa do século XIV.

É importante compreender que a Baixa Idade Média foi um período de transformações no reino de Portugal. A sociedade, não só portuguesa mas europeia como um todo, sofreu com a peste bubônica que assolou muitos feudos e cidades gerando crise econômica, fome e mortes. Mas convém destacar que desde o século XIII que as cidades e o comércio vinham se expandindo. Escolas e universidades também se multiplicaram e formaram novas bases para a futura Europa.¹ O mundo Ibérico passava pelo processo de Reconquista e, conseqüentemente, fortalecimento da imagem do monarca que comandava a luta contra os mouros. A busca dos reis por maior centralidade política desencadeou crises dinásticas e brigas internas e externas pela ocupação do trono.

A sociedade nesse período já estava bem dividida em três ordens: *oratores*, *bellatores* e *laboratores* - divisão criada por bispos da época que não abraçava na prática todos os grupos sociais.² Além dessa separação, a parte interna de cada ordem também sofria hierarquizações. De acordo com Antônio Henrique de Oliveira Marques, em Portugal viviam um milhão de pessoas divididas hierarquicamente. Assim como o clero não constituía uma classe homogênea, a nobreza também não traduzia um grupo igualitário. Ricos-homens,

¹ LE GOFF, J. *As Raízes Medievais da Europa*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007, p. 173.

² Segundo Oliveira Marques, havia grupos que não se encaixavam na divisão tripartite: os letrados, os lentes das universidades, os tabeliães, os advogados, os físicos e os boticários. Eram indivíduos que apesar de saírem do povo tinham um *status* privilegiado. Cf. OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *A sociedade Medieval Portuguesa: aspectos de vida quotidiana*. 4. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1981, p. 4.

cavaleiros e escudeiros possuíam diferentes códigos de comportamento. Numa sociedade em que a terra era o meio de sobrevivência, só restava ao terceiro grupo trabalhar para sobreviver e sustentar as duas ordens superiores.³

Era cômodo para o clero e a nobreza viverem a custos da maioria da população. Por isso o imaginário das três ordens foi propagado. A sociedade dividida desta maneira não era uma divulgação apenas do rei e do clero, mas também de cronistas, homens da lei, oficiais da chancelaria, juristas, infantes, poetas e fidalgos em geral. Além disso, as três ordens também faziam menção aos valores sagrados e a trindade, pois a sociedade portuguesa do século XIV é estruturada por valores cristãos.⁴

O mesmo clero responsável pelo cuidado da vida espiritual dos fiéis também se empenhou cada vez mais para controlar a sociedade em todas as ocasiões importantes da vida de um indivíduo. Durante toda a Idade Média pode-se notar esse esforço da Igreja em busca do domínio sobre a sociedade. Um modo eficaz de conquistar esse objetivo era, por exemplo, regularizando a união matrimonial.

A Igreja tende gradativamente a integrar o casamento na esfera eclesiástica, insistindo inicialmente na necessidade de casamentos celebrados publicamente por um sacerdote e, posteriormente, transformando-o em sacramento.⁵ Além disso, é importante mencionar a rede de parentesco espiritual que a Igreja estabelece através do batismo – rito de inserção na sociedade cristã – causando uma série de interdições para os futuros enlaces matrimoniais que ficam mais rígidas com o passar dos séculos. Antes do triunfo eclesiástico, o casamento era um assunto privado, referente apenas as famílias dos noivos e as “palavras de presente” eram suficientes para estabelecer a união.

Aos poucos os clérigos impõem valores a serem respeitados como a virgindade e a continência, depreciando todo o envolvimento carnal necessário à reprodução humana. A Igreja determina ainda que os casamentos deviam ser monogâmicos e indissolúveis, o que causa descontentamento entre a aristocracia que tinha seus próprios valores e lutava pela sua

³ OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *Op. Cit.* pp. 3-5.

⁴ MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1992, p. 398.

⁵ COSER, Miriam. *Casamento, política e direito das mulheres na Idade Média portuguesa*. Revista do Mestrado em História – Universidade Severino Sombra. v. 10. 2008, p. 104.

manutenção entre os séculos XI e XIII. Nesse mesmo período é que se acirra a tensão entre aristocracia e clero, pois os costumes como concubinato, repúdio a esposa e casamento entre qualquer consanguíneo conhecido ficam proibidos. No entanto, vale ressaltar que até finais do período medieval havia uma distância entre teoria e prática, isto é, as regras que a Igreja impunha nem sempre eram cumpridas, a começar pelo corpo eclesiástico.

Prova de que essas regras não eram muito rígidas pode ser encontrada na história de D. Pedro, rei de Portugal entre os anos de 1357 a 1367. Ainda infante conseguiu uma permissão do papa João XXII para se casar com qualquer mulher nobre que fosse sua parenta (com exceção de certos graus).⁶ Pode-se compreender a partir daí que as regras religiosas são flexíveis às conveniências do mundo secular. A polêmica afirmação de D. Pedro de que se casara com Inês de Castro, aia de sua legítima esposa dona Constança Manuel, não pode ser, portanto, confrontada pelo fato do casal possuir laços de parentesco espiritual, pois a Igreja dera liberdade para o rei se casar com qualquer parenta. Há muitas controvérsias em torno da questão da aliança matrimonial entre D. Pedro e Inês de Castro.

Faz-se necessário esclarecer que casamento na Idade Média era um negócio entre homens e entre linhagens. Esses acordos matrimoniais implicavam em conseqüências, que eram mais graves conforme a importância social e política das famílias envolvidas, por isso o caso de D. Pedro e Inês de Castro é tão instigante para o período. Envolvimentos afetivos não deviam fazer parte do casamento, especialmente enlances amorosos como o da dama galega e do nobre português que, como sugere o cronista Fernão Lopes, punha em risco a estabilidade do reino.

Para se conhecer a história dos reinos deste período o historiador pode fazer uso das crônicas régias, um tipo de obra que narra os acontecimentos considerados mais importantes de um período a partir dos feitos do monarca. Esse tipo de obra era encomendada por uma Casa Real com o propósito de consolidar uma determinada dinastia e exaltar os feitos do rei. O leitor ao trabalhar com esse tipo de documento deve ficar atento as posturas políticas privilegiadas na escrita, fazendo, portanto, a análise crítica. Ao mesmo tempo em que uma determinada ação é enfatizada, outra recebe pouca atenção ou é omitida. Isto pode ser

⁶ SANTOS, Danielle de Oliveira dos. *O modelo de casamento em Portugal Medieval a partir do caso de Inês de Castro e do infante D. Pedro (1340-1360)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003, p. 45.

percebido na *Crônica de D. Pedro I*, escrita por Fernão Lopes, um escrivão português do século XV, e que será utilizada no presente trabalho.

Outra fonte, com a qual se estabelecerá uma comparação, foi escrita num período posterior por Luís de Camões. Trata-se de um trecho da obra *Os Lusíadas*, referente à tragédia ocorrida com Inês de Castro. A obra, de modo geral, é um poema épico escrito em 1572 que se propõe a narrar a história de Portugal desde os primórdios até o tempo em que vivia o autor. A narrativa idealizada apresenta alusões frequentes à mitologia e a cultura clássica. É uma obra de grande reconhecimento nacional e que exalta o sentimento patriótico.

O presente estudo, que dialoga com o campo da História Político-Cultural, pretende mostrar que Fernão Lopes contribuiu para a constituição da consagração de Inês de Castro como mito. A imagem da dama galega constituída e difundida pelo cronista é recuperada, de modo sutil, posteriormente por outros autores. Luís de Camões, apesar da perspectiva diferente com que trabalha a personagem, toma como base a imagem já construída da jovem pelo cronista português.

O objetivo do presente trabalho é, portanto, analisar o perfil de Inês de Castro e a constituição de um mito em torno imagem. Associam-se a essa construção não só elementos do amor cortês como também o jogo da própria política matrimonial das grandes linhagens. Inclui-se na proposta demonstrar como a figura de Inês de Castro é trabalhada pelos autores acima citados e o quanto a mesma consagrou-se, através da produção narrativa destes, na memória social.

Organizou-se o trabalho em três capítulos: o primeiro, intitulado *O casamento medieval no jogo das relações de poder entre as grandes casas dinásticas*, pretende abordar as interações que ocorrem entre a Igreja, o poder e alianças matrimoniais e, ainda, destacar o papel da literatura cortês na formação de valores dos grupos aristocráticos, para melhor perceber as singularidades das relações sociais no espaço das cortes. O segundo capítulo, cujo título é *A imagem de Inês de Castro difundida pela historiografia e pela perspectiva literária de Camões* pretende mostrar a inserção social de aia de Constança Manuel com base em importantes autores da historiografia portuguesa e também salientar como o autor português Luís de Camões construiu a imagem de Inês de Castro, consagrando uma memória sobre a dama. Por fim, o terceiro capítulo, intitulado *A construção do mito inesiano*, tem o propósito de demonstrar como o cronista Fernão Lopes constrói a imagem da dama galega que encantou

o Infante D. Pedro e enunciar as motivações do mesmo. Reconstituindo-se a construção narrativa de Fernão Lopes estabelece-se, ainda, uma comparação entre as imagens inesianas consagradas e difundidas pelos dois autores. A conclusão recupera discussões importantes desenvolvidas ao longo do trabalho e aponta singularidades dessas construções em torno da figura de Inês de Castro, consagradas na memória coletiva portuguesa, por Luis de Camões e Fernão Lopes.

Sabe-se que muito se escreveu sobre a figura de Inês, mas na medida em que este é um trabalho monográfico seu propósito voltou-se mais para a recuperação da própria imagem da aia que se consagrou rainha depois de sua morte. Um diálogo com a história de gênero seria pertinente, mas em virtude do tempo – sempre implacável – e da própria especificidade monográfica desse trabalho tal propósito permaneceu apenas como futuro horizonte para aprofundamento desse estudo.

CAPÍTULO 1: O CASAMENTO MEDIEVAL NO JOGO DAS RELAÇÕES DE PODER ENTRE AS GRANDES CASAS DINÁSTICAS

Associam-se à imagem de Inês de Castro, na narrativa de Fernão Lopes, uma série de elementos que contribuem para reforçar a perspectiva do relacionamento amoroso da aia de Constança Manuel com D. Pedro. Dentre esses elementos encontra-se o matrimônio ‘secreto’ de ambos após a morte de Constança. O mesmo passou a ser traço importante para a construção pela própria historiografia da imagem de Inês de Castro. Para melhor apreensão desse elemento que incita divergências no próprio campo historiográfico mas que, ao mesmo tempo, é essencial na construção de seu mito, faz-se necessário recuperar o que se agregava à noção de casamento na Idade Média. Para além disso é preciso perceber esse fenômeno no jogo das próprias relações, especialmente em um contexto de afirmação das linhagens aristocráticas.

1.1) Igreja, poder e relações de parentesco

O historiador que se debruçar sobre o tema do casamento no período medieval precisa ficar atento para não depositar suas próprias concepções sobre um assunto que requer uma análise no tempo e no espaço. A compreensão da união matrimonial da época exige que o olhar esteja despido daquilo que entendemos hoje como casamento. Os laços de parentesco e a intervenção da Igreja, num assunto que antes só se remetia a família, são, assim, pontos fundamentais a serem percorridos diante do tema enunciado.

O parentesco, como alerta a autora Anita Guerreau Jalabert, é uma relação socialmente definida, uma construção social. É algo que pertence mais a ordem da cultura do que a ordem da natureza. O conceito de família, carregado, por exemplo, de conotações oriundas do século XIX, deve ser relativizado, pois traz confusão entre a ordem de parentesco e a de residência. Para melhor analisar o tema do parentesco e evitar noções forjadas pelo senso comum a autora insiste que é necessário recorrer então à antropologia, e as noções de consangüinidade e de aliança:

“a primeira corresponde aos elos entre dois indivíduos dos quais um descende do outro ou reconhecem ter um ascendente comum; a segunda traduz a forma pela qual os grupos de consangüíneos são ligados entre si pela aliança do matrimônio.”⁷

Anita Jalabert destaca, ainda, que os historiadores usam muito pouco o método antropológico da observação da terminologia e da observação mais geral e sistemática das redes baseadas na consanguinidade e aliança, o que poderia ajudar na investigação dos tipos de laços que se formam entre grupos de parentes e nos processos de transmissão.

O uso dessa categoria permite ao historiador do tempo presente perceber que na Idade Média há ainda outro tipo de relação social, existente no Ocidente cristão desde o século IV, que os antropólogos costumam chamar de parentesco ritual.⁸ O batismo era o rito fundamental na organização da estrutura daquela sociedade.

A representação espiritual tem uma importância fundamental no estudo sobre o casamento nos séculos medievais, pois interfere de forma direta na organização da sociedade. Embora esse tipo de relação pareça estática, ela forma uma teia complexa que tange os indivíduos desde o nível do discurso até ao comportamento social. O parentesco espiritual pode ser entendido como as relações dos indivíduos entre si ou desses indivíduos com seres sobrenaturais. Essa forma de parentesco se transmite através da alma e não do corpo e é essencial para garantir a herança celestial nessa sociedade declarada cristã.⁹

O batismo é o rito fundamental para se compreender os laços de parentescos espirituais. É a partir dele que o indivíduo nasce para a sociedade. Sem o batismo o indivíduo não tinha identidade na sociedade terrena e nem no além. A paternidade de Deus estava somente sobre os batizados. E se Deus fazia o papel de pai, a Igreja se autodenominou como mãe de todos os cristãos. “Agostinho já afirmava: ‘A Igreja é uma mãe para nós. É dela e do

⁷ JALABERT, Anita Guerreau. Parentesco. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean Claude (Orgs). Dicionário Temático do Ocidente Medieval. São Paulo: EDUSC e Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 321.

⁸ JALABERT, Anita Guerreau. *Op. Cit.* p.329.

⁹ JALABERT, Anita Guerreau. *Op. Cit.* p.322.

Pai que nascemos espiritualmente”¹⁰. A Igreja era nutridora dos cristãos, reforçando a idéia de maternidade que adquiriu.

Ao mesmo tempo em que o cristianismo agrega a sociedade medieval cristã, ele também exclui aqueles que não compartilham da mesma fé. O batismo integrava toda a sociedade numa grande irmandade. Filhos do mesmo pai e da mesma mãe, todos os cristãos eram irmãos entre si. Sendo assim, a sociedade cristã pode ser vista como uma grande família. No entanto, na prática essa fraternidade não garantia a paz entre todos.

Logo ao nascer os pais submetiam a criança ao primeiro sacramento da Igreja. No entanto, eles mesmos não participavam do rito batismal, delegando esta função aos pais espirituais do bebê: os padrinhos. Essa exclusão se dava devido ao entendimento de que os pais ao gerarem um filho lhes transmitiam automaticamente o pecado original. Por isso a criança precisava “renascer” espiritualmente, recebendo a *caritas* – elemento que unia os cristãos.¹¹

Aos padrinhos estava confiada a educação cristã da criança. No entanto, essa função era mais teórica do que prática, pois os mesmos só intervinham caso faltassem os pais. Os laços de parentesco espiritual estavam, portanto, ancorados no batismo. O apadrinhamento e o compadrio formavam uma complexa rede parentes espirituais que acompanhou os cristãos durante todo período medieval. Toda a lógica desses elos só pode ser entendida dentro desse sistema de representações. Os antropólogos enxergaram o apadrinhamento e o compadrio como uma forma específica de parentesco ritual, característico da sociedade cristã medieval.¹²

Convém destacar, ainda, que a Igreja cria uma série de interdições para casamentos entre os parentes espirituais. Desde 530 o Código Justiniano já proibia casamentos entre padrinho e afilhada, madrinha e afilhado e entre compadre e comadre. Mas é no século XII que a Igreja vai acirrar essas interdições, reforçando sua postura de árbitro das práticas do casamento. A instituição passou a proibir, por exemplo, a união entre afilhado e filha ou

¹⁰ BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006. p. 459

¹¹ JALABERT, Anita Guerreau. *Op. Cit.* p. 331

¹² JALABERT, Anita Guerreau. *Op. Cit.* p. 329.

afilhada e filho de uma mesma pessoa; e também entre cônjuges daqueles que são unidos pelo compadrio.¹³

Outro laço de parentesco a ser considerado na Idade Média e que mantém vínculos estreitos com o casamento é o parentesco carnal entendido como laço de consangüinidade existente entre os indivíduos ou de união matrimonial. Vale ressaltar que “carnal” não remete a laços puramente biológicos, pois, como já fora dito, parentesco também é uma construção social.

No período em que vigorou o Império Romano o casamento era uma questão de cunho privado, isto é, que interessava somente a família dos envolvidos. O consentimento era a forma com que a união se estabelecia e era reconhecida socialmente. Ele era expresso através das “palavras de presente” que eram proferidas pelos futuros cônjuges. Não era uma simples promessa, e sim um meio de se efetivar o casamento de forma imediata.¹⁴

Por volta dos séculos IV e V, quando o Império está sendo destruído, a Igreja passa de uma posição de perseguida para triunfante. Foi a única instituição que permaneceu firme nessa troca de períodos que a historiografia consagrou como Idade Antiga e Idade Média. Nesse contexto, os costumes que guiavam as estruturas de parentesco começam a desaparecer no Ocidente e a Igreja passa a se interessar pela instituição familiar com o intuito de moldá-la de acordo com os seus interesses.

Os primeiros séculos do cristianismo tenderam a desvalorizar o casamento por estar ligado ao contato sexual e, portanto, ao pecado. A continência e a virgindade eram os valores dignos de exaltação. No entanto, Agostinho traz à tona um pensamento que permanece ao longo do milênio medieval. Ele revaloriza a instituição matrimonial afirmando que Deus a criou antes do pecado original, quando o que vigorava era a inocência e a perfeição da humanidade. Ou seja, o casamento e a reprodução sexuada continuariam sendo depreciados em relação à castidade, porém aceitos desde que fossem dirigidos pela Igreja, associados a um laço espiritual.¹⁵

¹³ BASCHET, Jérôme. *Op. Cit.* p. 458.

¹⁴ COSER, Miriam. Casamento, política e direito das mulheres na Idade Média portuguesa. *Revista do Mestrado em História – Universidade Severino Sombra*. v. 10. 2008, p. 99.

¹⁵ BASCHET, Jérôme. *Op. Cit.* p. 448 e 449.

Com essa fundamentação teórica a Igreja iria muito mais longe em sua intervenção no casamento. Ela estabelece que a união do casal deveria ser monogâmica e indissolúvel. Numa sociedade acostumada com o modelo aristocrático de casamento, as mudanças previstas não seriam bem aceitas. Os casamentos romanos também eram monogâmicos, mas o divórcio foi uma prática comum entre eles.

É claro que tais mudanças que a Igreja impunha estavam associadas ao seu benefício quanto a transmissão de herança e sua concentração. Além dos bens materiais que o clero poderia usufruir das alterações, sua intervenção em relação ao parentesco lhe favorece na obra da conversão e no controle da sociedade.

À monogamia e à indissolubilidade somam-se outras restrições que a Igreja impôs ao longo dos anos. Desde a época carolíngia a Igreja pronunciou a proibição dos casamentos com qualquer consanguíneo até o 7º grau canônico. A partir do século VII, o parentesco batismal também gera proibições. Entre padrinhos e afilhados, compadres e afilhado e filho do padrinho não poderia haver matrimônio. A proibição da realização da aliança matrimonial até o sétimo grau canônico era uma regra que não funcionava na prática. A Igreja chegou a brandir essa regra durante um ano e meio. Diante de imperativos tão rígidos e ao mesmo tempo tão impraticáveis a Igreja toma uma postura seletiva de acordo com seus interesses, seja interditando ou negociando dispensas.

O contexto dos séculos XI ao XIII é marcado por uma tentativa da aristocracia de afirmação de seus próprios códigos de valores e de conduta. É o momento em que a estrutura feudal está se fixando. Como o casamento garante a constituição de poder, era importante garantir que este poder não se dispersasse. O meio encontrado para alcançar tal objetivo foi a afirmação da primogenitura sobre a herança.

Ao contrário do que ocorria no mundo romano, desde a Alta Idade Média o laço de filiação é transmitido pelos dois sexos: o indivíduo pertence a descendência do pai e da mãe. Esse sistema indiferenciado, chamado também de cognático, é característico da Idade Média como um todo, mesmo que conheça algumas adaptações ao longo dos séculos. Sua principal mudança está ligada a este período de nascimento da “linhagem aristocrática”. A organização familiar deixa de ser horizontal – evocando irmãos e primos – e passa a ser vertical – priorizando os filhos, ou seja, a transmissão de geração em geração. Essa transformação, como afirma Jalabert, não se revela uma mudança nas regras de filiação e sim uma adaptação

das representações e costumes de parentesco que ocorrem com o enraizamento da aristocracia em uma terra no período da Idade Média Central.¹⁶

É a partir de então que a nobreza passa a ser caracterizada pelo enraizamento em uma terra, na qual ela exerce seu poder e se encaixa numa posição social. O novo modo de reprodução social consiste em transmitir a herança a um só filho, o primogênito, de modo que a terra passe de geração em geração de forma indivisa. Esse filho não só herda a terra como também o poder sobre os homens que estão ligados a ela, devido a existência de uma rede de vassalagem que criava uma hierarquia social entre esses nobres. “Formam-se assim ‘topolinhagens’, cadeias de transmissão de geração em geração de um mesmo poder territorial”.¹⁷

Enquanto na Alta Idade Média prevalecia a partilha igualitária dos bens entre os filhos, no período de afirmação da aristocracia, apenas o primeiro filho era o herdeiro. Essa prática evitava a fragmentação territorial e, conseqüentemente, a perda de *status* de uma linhagem.

Devido a essa nova organização social, em que os nobres estão hierarquizados e em busca do status perante os demais, cria-se no século XI uma literatura dita genealógica que perdura durante os séculos seguintes. O objetivo era comprovar a posição social, mesmo que para isso fosse necessário negligenciar a verdade. As famílias faziam um esforço para buscar um parente distante e prestigioso que tivesse fundado aquela casa dinástica. Tanto a linhagem paternal quanto a maternal eram privilegiadas.

Nos séculos XI e XII a sociedade ocidental entra num novo período de tensão. A Igreja condena costumes que foram comuns durante toda a Alta Idade Média como o concubinato, o repúdio a esposa ou segundo casamento e a união entre qualquer consanguíneo conhecido, agregados ou parentes espirituais. Neste mesmo século o casamento passou a ter caráter sacramental e todos os assuntos que tocavam à questões matrimoniais dependiam da jurisdição eclesiástica. As mudanças nas regras do casamento geram numerosos conflitos e a Igreja precisa, por vezes, mostrar sua força sobre os laicos.

Sendo assim, em 1215, o Concílio de Latrão IV desloca os limites de proibição matrimonial para o quarto grau canônico. De acordo do Baschet, essa medida, apesar de

¹⁶ Ibidem. p. 452.

¹⁷ Ibidem. p. 452.

parecer demonstrar uma fraqueza da Igreja, na verdade mostra o seu triunfo, pois uma vez que o modelo clerical de casamento já estava imposto na sociedade agora o clero poderia dar mostras de moderação, medidas mais plausíveis à realidade.¹⁸ O Concílio de Latrão IV também declara a obrigatoriedade do anúncio público da intenção de contrair matrimônio. A Igreja aproveitou então para instituir uma bênção especial para os casados, mas sem caráter obrigatório.¹⁹

Aos poucos os clérigos tentam impor a prática de um casamento já delineado pelos teólogos carolíngios, ou seja, uma concepção espiritualizada do casamento, que vê a sexualidade com um único propósito, o de procriar. O casal casto é o ideal. O enquadramento da sexualidade era regulado pelas diversas festas nas quais a atividade sexual era proscrita e também pela proibição de diversas posturas sexuais. Esse papel repressor da Igreja é amenizado quando Tomás de Aquino considera o prazer sexual algo legítimo. Mesmo sendo aceito somente quando a intenção do sexo é procriar, tal pensamento já é um avanço.²⁰

No século XII o casamento passa a ser um sacramento, sendo visto como a união mística entre Cristo e a Igreja.²¹ Nesse mesmo período, a Igreja passa a intervir também no ritual do casamento. Antes o casamento era um ato privado, que dizia respeito apenas à família. Agora, o desenvolvimento de uma liturgia matrimonial demonstra o esforço que os clérigos fazem para conduzir a cerimônia através de bênçãos e, principalmente, a presença de um padre. No entanto, o sucesso dessa intervenção cristã é variável de acordo com a região. O que dava validade ao casamento continuou sendo o consentimento dos esposos. Só com o Concílio de Trento que a presença de um padre se torna obrigatória. O objetivo da Igreja era fazer com que a bênção se tornasse tão importante quanto o consentimento.

Em Portugal, a Igreja não conseguiu se impor facilmente sobre o rito do casamento. Os sponsais – promessa de casamento – eram celebrados com solenidade e neste momento as famílias estabeleciam qual seria o dote ou arras caso mulher viesse a ficar viúva. Os esposos

¹⁸ *Ibidem*. p. 450.

¹⁹ COSER, Miriam. Casamento, política e direito das mulheres na Idade Média portuguesa. *Revista do Mestrado em História – Universidade Severino Sombra*. v. 10. 2008. p. 99.

²⁰ BASCHET, Jérôme. *Op. Cit.* p. 451.

²¹ *Ibidem*. p. 451.

eram sempre mais velhos que as mulheres. Talvez por isso houvesse essa preocupação com o dote.

Três eram os tipos de casamentos reconhecidos em Portugal. O primeiro era o casamento de bênção celebrado por um sacerdote; o segundo era o casamento clandestino, também chamado de *a furto* ou *de juras*, que poderia acontecer com ou sem a presença de um sacerdote; e por fim o casamento de pública fama, também conhecido como de maridos conhecidos, que não tinha celebração. Este último era apenas reconhecido pela sociedade.²² Este ponto é importante para se pensar mais adiante, por exemplo, a relação entre D. Pedro e Inês de Castro, sobretudo no que tange a polêmica da existência ou não de um casamento entre eles.

Toda a tentativa de enquadramento do casamento pela Igreja ocorre concomitantemente com a reafirmação de uma vida casta para os sacerdotes. Apesar de o celibato clerical ter começado no fim do século VI, ainda no século XI estava longe de ser uma realidade. A intenção da Igreja era causar uma separação entre clérigos e laicos. Enquanto os laicos são responsáveis pela reprodução corporal da cristandade, os clérigos são responsáveis pela reprodução espiritual da sociedade, uma tarefa mais nobre.

Em suma, do final do Império Romano até o início do período moderno a estrutura da sociedade sofreu diversas transformações. A Igreja conseguiu moldá-la em seu favor. Anita Guerreau Jalabert destaca três pontos principais que surgiram no início da Idade Média e marcaram aquele período: o primeiro foi a troca de um sistema unilinear (patrilinear no período romano) para cognático, considerando as duas linhagens da família; em seguida, pode-se destacar a imposição de um casamento monogâmico e indissolúvel; e por último, o estabelecimento de uma rede de parentesco espiritual, que caracteriza a sociedade medieval.²³

1.2) Literatura cortês e formação dos valores aristocráticos associados ao amor

²² COSER, Miriam. *Op. Cit.* p. 100.

²³ JALABERT, Anita Guerreau. *Op. Cit.* p. 333.

É fundamental destacar, ainda, que o controle sobre o casamento encontra-se associado à própria emergência e consolidação das três ordens.²⁴ Enquanto os monges dedicam-se a oração que se constitui como um canto de guerra, os nobres além de submeterem os camponeses aos laços de servidão, especializam-se na arte da guerra. Esse processo de especialização ocorre de forma gradativa e em função da consolidação de uma série de valores e ações.

Como já se sabe, a Europa feudal é um mundo cuja riqueza repousa sobre a atividade na terra. Os senhores, proprietários de grandes extensões de terra, são os detentores do poder político e econômico. Dentro dessa categoria de senhores havia uma hierarquia, uma relação de dependência desses senhores entre eles mesmos. Dois elementos são fundamentais dentro do contexto feudal: o compromisso de vassalagem e a concessão de um feudo.²⁵

O vassalo é um senhor mais fraco que, por obrigação ou algum motivo que lhe seja vantajoso, vincula-se a um senhor mais forte. Ele jura fidelidade a esse senhor e este lhe garante proteção e sustento. Trata-se de uma reciprocidade de favores em que a honra é um elemento essencial. O senhor pode ajudar o seu vassalo nos conselhos, defendê-los contra seus inimigos e mesmo conceder-lhe “generosidades”, o que inclui terras onde um nobre poderia manter os seus. Em contrapartida, o vassalo garante ao seu senhor um serviço militar, assistência política e jurídica, alguns serviços domésticos, dentre outras obrigações.

Pode-se observar que os momentos importantes da vida de um indivíduo no mundo feudal são marcados por algum rito. Assim é com o batismo, o casamento, a extrema unção,

²⁴ De acordo com Georges Duby, o modelo ideológico criado pelos bispos do medievo situava o clero no topo da hierarquia das ordens. Além de ficarem isentos de impostos tinham direito a uma porcentagem de tudo o que era produzido. Mas a categoria não era igualitária. Havia o clero rural, que vivia como um camponês, e os prelados mais ricos, que usufruíam das ofertas mais generosas. Esta ordem dividia a riqueza com os pobres em tempos de escassez para manter a miséria dentro dos limites. Os especialistas da guerra compunham a segunda ordem da sociedade e eram eles que governavam a economia feudal durante os séculos XI e XII. Donos da terra, viviam ociosos e consideravam o trabalho indigno para sua categoria. Eram especializados na guerra e tomavam o cavalo como símbolo de superioridade. Além disso, os banquetes e as festas faziam parte de seu padrão de vida. Os trabalhadores, maioria da população, formavam a terceira ordem e estavam convencidos de que teriam que alimentar as duas ordens superiores. Privados de sua liberdade plena, esta ordem ficava submetida ao trabalho manual, considerado degradante. Pode-se dizer que os *oratores* cuidavam de sua salvação e os *bellatores* de sua segurança. Restava-lhes, então, pagar o preço destes “favores”. Cf. DUBY, Georges. *Guerreiros e Camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu séc. VII ao XII*. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 181-184.

²⁵ PASTOUREAU, Michel. *No tempo dos cavaleiros da tábua redonda*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 35.

ascensão de um rei ao trono e não seria diferente no processo de vassalagem. A cerimônia é parecida em todas as regiões: o vassalo ajoelha-se e profere palavras em homenagem ao senhor, e em seguida, de pé, jura fidelidade sobre a Bíblia ou relíquias. O senhor o investe no feudo entregando-lhe algum objeto que represente o poder. Existe também todo um gestual que acompanha a cerimônia, que pode ser definitiva ou renovada de tempos em tempos. Raramente o contrato de vassalagem é feito por escrito, exceto entre senhores muito importantes.²⁶ Isso demonstra a força que o ritual e seu simbolismo tinham na Idade Média.

É possível imaginar a sociedade feudal a partir do século XII como uma extensa rede de fidelidades em que cada senhor é vassalo de um senhor mais poderoso. O rei é o topo dessa rede de hierarquias e na base encontram-se os demais vassalos com seus vassalos. O poder do senhor era medido através da extensão de suas terras, o número de vassalos que possuía e o porte de suas fortalezas.

Outro ritual importante no mundo feudal era o de sagração dos cavaleiros. Mas quem era o cavaleiro? De acordo com a definição de Pastoureau, seria todo o homem de armas que se submeteu aos ritos de uma cerimônia específica de iniciação. Ser ordenado é o primeiro passo, mas não o único. Havia regras a serem respeitadas e um estilo de vida próprio. Juntos os cavaleiros formam uma categoria social de especialistas em combate.²⁷

Na teoria, todos os homens batizados têm acesso à cavalaria independente da origem social. Caberia a um cavaleiro tornar outro homem pertencente a esta mesma categoria, desde que este fosse digno. Nas canções de gesta aparecem vários exemplos de plebeus que foram consagrados cavaleiros com recompensa por terem prestado serviço a um herói. Entretanto, na prática os cavaleiros eram recrutados, em sua esmagadora maioria, entre os filhos de cavaleiros, especialmente a partir do século XII.

Ser um cavaleiro era significado de ter glória e honra. Portanto, era necessário que o cavaleiro vivesse da generosidade de um grande senhor – o que vai se tornando mais difícil depois do século XII – ou dos rendimentos de um patrimônio. Muitos nobres preferiam a concessão de um feudo, por menor que ele fosse, do que viver da generosidade de um senhor.

De acordo com Michel Pastoureau, “a cavalaria é sobretudo uma maneira de viver. Requer uma preparação especial, uma sagração solene e atividades que não podem se

²⁶ PASTOUREAU, Michel. *Op. Cit.* p. 35.

²⁷ *Ibidem.* p. 42.

confundir com as do homem comum.”²⁸ Esse estilo de vida está registrado nas literaturas épicas e cortês, por isso torna-se necessário, muitas vezes, confrontá-las com outras fontes.

É importante destacar que o pertencimento ao grupo de cavaleiros e a seu conjunto de valores inicia-se muito cedo. Desde a infância os meninos começam a ser preparados para a vida de cavaleiro. Inicialmente no castelo do pai, o menino aprende os manejos da equitação, da caça e das armas. A partir dos dez anos é deslocado a casa de um tio ou padrinho onde aprende mais profundamente o ofício da guerra. A casa do senhor, afirma Pastoureau, era uma espécie de “escola de cavalaria”, pois os filhos de seus vassallos e parentes menos ricos iam para lá aprender o ofício militar e as virtudes dessa categoria. Entre os dezesseis e vinte e três anos eles acompanham o seu senhor em várias funções a fim de aprender as virtudes do homem do mundo.²⁹

Esses jovens nesses novos espaços ao aprenderem o ofício da guerra promovem a constituição de sólidos laços de solidariedade e identidade. Esses laços que sustentam as relações entre os grupos aristocráticos realizam-se, cotidianamente, quando os jovens cuidam de seus cavalos, limpam as armas e seguem para torneios e campos de batalha. Até serem ordenados cavaleiros estes moços são apenas escudeiros e aqueles que não conseguirem a ordenação seguem com o título de escudeiro por toda a vida. As ordenações podem ocorrer em épocas de guerra ou épocas de paz. No primeiro caso, a ordenação é feita antes da luta ou após uma vitória. Os gestos são os mais simples como entrega da espada e palmada no ombro. Já as ocorridas em épocas de paz coincidem sempre com uma grande celebração religiosa ou civil. São espetáculos presenciados em um castelo, praça pública ou pórtico de uma Igreja. Os futuros cavaleiros passam uma noite meditando numa igreja ou capela. É a chamada vigília das armas. Após a sagração seguem-se dias de diversão, torneios e banquetes.³⁰

Após a sagração pouca coisa mudava na rotina de um cavaleiro: cavalgadas, guerras, torneios e caças. Todos eram iguais na teoria, mas na prática os cavaleiros menos abastados ficavam dependentes dos rendimentos, montaria e armas de senhores poderosos. Por isso, muitos tinham a esperança de conseguir uma rica herdeira para lhe dar a fortuna que a vida não permitiu que tivessem. O romance de cavalaria e a literatura cortês se dirigem a esses

²⁸ PASTOUREAU, Michel. *Op. Cit.* p. 44.

²⁹ *Ibidem.* p. 44.

³⁰ *Ibidem.* p. 45.

jovens cheios de glória, mas despossuídos de feudos e com poucas chances de conseguir sua própria linhagem. Nessas narrativas cantadas em versos eles se aproximam da sociedade que gostariam de concretizar: uma sociedade em que as aspirações e os desejos dos cavaleiros pudessem ser realizados.

Dentre as manifestações narrativas e literárias da Idade Média Central encontra-se o jogo de corte que ficou conhecido como “amor cortês”. Justo por estar contido no âmbito da literatura é que os historiadores suscitam um questionamento simples, mas que leva a uma reflexão mais metódica ao ser analisado com atenção: que tipo de relação esta literatura de evasão manteve com os comportamentos sociais na realidade?

Antes de avançarmos sobre este questionamento faz-se necessário esclarecer em que consistia o “amor cortês”. Nas palavras de Georges Duby,

“o amor delicado é um jogo. Educativo. É o correspondente exato do torneio. Assim como no torneio, cuja grande voga é contemporânea da manifestação do erotismo cortês, o homem bem nascido arrisca a sua vida nesse jogo, põe em aventura seu corpo (...). Assim como no torneio, o jovem arrisca a vida na intenção de completar-se, de aumentar seu valor, mas também de tomar, conquistar seu prazer, capturar o adversário após lhe ter rompido as defesas, após o ter desmontado, derrubado, revirado.”³¹

Trata-se de uma competição. Ao contrário dos duelos travados entre guerreiros, no amor cortês, essa justa amorosa opõe parceiros desiguais. Um deles, pela lei da natureza, pelas leis naturais da sexualidade, está destinado a cair. Foi por volta do século XI e XII que essa concepção mais secularizada de amor começou a ser pensada e exposta. Esse amor estilizado trouxe à tona uma novidade: a personalização dos amantes. O jogo envolvia um homem e uma mulher, um amor adúltero, ou pelo menos não-conjugal. Este amor fora do casamento foi retratado pela literatura cavaleiresca e pela poesia dos trovadores.

Não é possível saber exatamente até que ponto o jogo interferia na realidade, mas de acordo com Duby é certo que esta literatura de corte foi bem aceita, pois caso contrário nada restaria dela. Para receberem a atenção que precisavam essas obras estiveram ligadas a

³¹ DUBY, Georges. *Idade Média, Idade dos Homens: do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 60.

questões que preocupavam as pessoas na vida real. De forma reversa, tais obras também influenciaram a conduta daqueles que lhes davam atenção.³²

A literatura cortesã permaneceu firme até o século XV e contagiou as cortes com sua vasta produção. Ela não agradava os clérigos devido sua perspectiva mundana. De acordo com Ronaldo Vainfas, a Igreja repudiava os torneios cavaleirescos e a retratação dos “maus costumes” da nobreza através do romance de corte. No seu entender, o amor expresso pelos trovadores agredia a fidelidade e a caridade conjugal. O amor cortês foi oficialmente condenado pelos teólogos do século XIII.³³ Os romances e as canções de amor serviam para distinguir a categoria dos cavaleiros dando ênfase no comportamento aristocrático como elegância, polidez e honra.³⁴

Mas como funcionava o jogo do amor cortês? Um homem “jovem”, ou seja, novo de idade e sem esposa legítima, cuja educação ainda não fora concluída tem como objetivo assediar, tomar para si uma mulher casada, portanto inacessível. Tal mulher é inconquistável e está cercada pelos olhares de uma sociedade que considerava o adultério de uma esposa um dos crimes mais graves e ameaçava com castigos cruéis o seu cúmplice. Esse perigo era um atrativo para o jogo. O jogo era uma espécie prova de um curso de formação contínua, pois como já mencionado, esses jovens ainda estão em processo de aprendizagem do seu ofício. Quanto mais perigosa fosse uma prova, mais instrutiva ela era.

O amor cortês não é, como acreditam alguns autores, uma invenção feminina. Era um jogo praticado entre homens. Dentre os textos convidativos ao jogo, poucos eram os que não tinham traços misóginos, isto é, de aversão às mulheres. Elas eram apenas o chamariz. Sendo assim, o autor não concorda com a afirmação de uma promoção da mulher. Para Duby, de fato houve uma promoção da condição feminina, mas ao mesmo tempo deu-se, sobretudo, uma promoção da condição masculina, de modo que a distância entre eles permaneceu igual. As

³² DUBY, Georges. *Op. Cit.* p. 59.

³³ VAINFAS, Ronaldo. *Op. Cit.* p. 56.

³⁴ SANTOS, Danielle de Oliveira dos. *O modelo de casamento em Portugal Medieval a partir do caso de Inês de Castro e do infante D. Pedro (1340-1360)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. p. 36.

mulheres continuaram sendo desprezadas, submissas e temidas. A literatura era, assim, um importante instrumento civilizador na sociedade feudal.³⁵

Os heróis evidenciados como modelos pelos poetas e narradores de corte foram admirados e imitados na segunda metade do século XII. Os cavaleiros aceitaram bem a participação nesse jogo porque as regras ajudavam até a resolver alguns problemas de sociedade.

É importante considerar que a prática do “amor delicado” acabou contribuindo para consolidar os propósitos da Igreja junto a instituição do casamento. Os poemas situavam o amor cortês fora do campo do matrimônio, visto que era um jogo a ser realizado com liberdade, sem as obrigações que estruturavam o casamento. As severas restrições para o casamento faziam multiplicar o número de jovens solteiros, com inveja daqueles que tinham uma esposa em casa. Não eram frustrados sexualmente, pois encontravam facilmente meios de extravasar seus desejos. Porém, eram frustrados no sentido de não poderem contrair matrimônio e fundar sua própria “casa”.³⁶ Em decorrência da lei da primogenitura, muitos jovens não tinham direito a herança. O costume era que eles fossem criados em outra casa que não a de seus pais. Geralmente era a casa de um tio materno mais importante socialmente do que o próprio pai. A primogenitura deixava esses jovens sem terras e sem esperança muitas vezes de constituírem sua própria linhagem.³⁷

Os casamentos quase sempre eram arranjados sem a preocupação com o sentimento dos noivos. Era o momento de encontro entre duas pessoas que viveram em universos diferentes desde seus sete ou oito anos de idade. A noite de núpcias concretizava a entrega de uma menina jovem demais a um rapaz geralmente violento. Entre os cônjuges não havia uma relação calorosa e afetuosa como hoje se entende, e sim uma ligação fria e desigual.³⁸

Diante desse cenário tornou-se desejável a criação de um código cujas regras, destinadas a se aplicar aos que eram solteiros, também servissem como uma espécie de complemento do direito matrimonial.

³⁵ DUBY, Georges. *Op. Cit.* p. 61.

³⁶ *Ibidem.* p. 62.

³⁷ *Ibidem.* p. 59.

³⁸ *Ibidem.* p. 62.

“Rüdiger Schnell mostrou, na Alemanha, magistralmente, que a intenção de André le Chapelain foi transferir para o domínio do jogo sexual todas as regras que os moralistas da Igreja acabavam de adaptar a propósito do casamento. Tal código era necessário para refrear a brutalidade, a violência nesse progresso, por mim evocado, em direção à civilidade. Esperava-se que esse código, ritualizando o desejo, orientasse para a regularidade, para um espécie de legitimidade, as insatisfações dos esposos, de suas damas, e sobretudo dessa inquietante multidão de homens turbulentos que os costumes familiares forçavam ao celibato.”³⁹

As regras do amor cortês ajudavam na tarefa de reprimir os impulsos masculinos, colaborando para um comportamento mais educado desses jovens perante as mulheres. Elas acabavam contribuindo de alguma forma com a posição moralista da Igreja, apesar desses ritos de sociabilidade aristocrática serem vistos com maus olhos pelos clérigos.

Essa função de regulamentação e ordenação também se remete a um outro campo de problemas, agora de ordem pública, problemas políticos que a codificação das relações entre os dois sexos poderia ajudar a solucionar.

Os textos sobre o amor cortês e suas regras foram todos escritos no século XII, em cortes. Estes textos estavam sob a observação do príncipe e atendiam à sua expectativa. Um Lancelot ou Gauvain punha em prática as liturgias profanas que ganharam espaço de atuação naquele século. Num ambiente de crescimento econômico o poder público se sentia capaz de modelar as relações sociais. O Príncipe precisava reforçar sua autoridade sobre a cavalaria, a categoria mais útil à consolidação monárquica.⁴⁰

O “amor delicado” realçava os valores cavaleirescos. Era importante valorizar essa categoria devido a ascensão da elite dos ofícios, que atraía as atenções com a intromissão do dinheiro. O jogo do “amor cortês” era privilégio de poucos homens e, assim, constituiu-se como expressivo fator de distinção social. O comerciante enriquecido, isto é, o burguês fazia um grande esforço para ascender na hierarquia dos méritos e poder participar desse jogo. Mesmo sendo diversa em seu interior, o rei procurava controlar esse grupo superior as demais camadas sociais. O amor do jogo não podia ser o do clérigo e nem o do plebeu. Tinha que ser característico do cavaleiro.

³⁹ Ibidem. p. 63.

⁴⁰ Ibidem. p. 63.

A dama, que era a grande motivação do jogo, estimulava o ardor dos jovens. Ela analisava as virtudes dos cavaleiros e coroava o melhor. “O melhor era quem a tinha servido melhor. O amor cortês ensinava a servir e servir era o dever do bom vassalo.”⁴¹ O principiante para melhor dominar a si mesmo era obrigado a humilhar-se. Submissão e fidelidade também eram parte do exercício. Na reflexão de Duby, o que os cavaleiros objetivavam na verdade era o amor do príncipe. Do mesmo modo que as regras do jogo sustentavam a moral do casamento, elas reforçavam a moral vassálica.

Inês de Castro e D. Pedro viveram num período em que a Igreja Católica ditava as normas de conduta ao mesmo tempo em que a sociedade de corte procurava afirmar seu poder e distinguir-se das demais categoriais sociais. Isto é, enquanto a Igreja almeja controlar a sociedade, a aristocracia buscava estabelecer sua própria identidade reinventando, inclusive, espaços para a realização do amor. Esses jogos aludiam, muitas vezes, a amores secretos, adúlteros e incestuosos, permitindo que no âmbito literário houvesse espaço para os amores tidos como ilegítimos.⁴²

O romance consagrado pela própria historiografia portuguesa de Inês de Castro e de D. Pedro integra esse contexto histórico permeado, simultaneamente, pela constituição de novos espaços para a realização amorosa e pelo controle cada vez mais rigoroso da Igreja sobre os enlances matrimoniais. É exatamente, no movimento de convergência desses fenômenos, que se fundem os primeiros elementos identitários em torno do mito de Inês de Castro.

⁴¹ Ibidem. p. 64.

⁴² SANTOS, Daniele Oliveira dos. *Op. Cit.* pp. 39 e 40.

CAPÍTULO 2: A IMAGEM DE INÊS DE CASTRO DIFUNDIDA PELA HISTORIOGRAFIA E PELA PERSPECTIVA LITERÁRIA

2.1) *Inês de Castro e os conflitos entre linhagem*

No século XIV a corte real portuguesa contemplou a história de um casal cujo relacionamento atraiu a atenção tanto de historiadores quanto de literários. D. Pedro, rei de Portugal (1357 a 1367), envolveu-se com Inês de Castro, uma moça natural de Galiza e que fora aia de sua falecida esposa D. Constança Manoel.

O romance que entrara para história começou ainda no reinado de D. Afonso IV, sétimo rei de Portugal, que governou do ano de 1325 a 1357. A partir de 1315 tal rei desentendeu-se com seu pai quanto ao valimento na corte de seus meios-irmãos e cinco anos mais tarde esse desentendimento virou uma guerra aberta. Tal situação em muito agradava os reinos de Castela e Aragão, interessados em enfraquecer Portugal. Após quatro anos de guerra civil, D. Dinis falece e seu filho, Afonso IV, ascende ao trono. Logo o rei tratou de convocar uma assembleia para envolver todo o País em torno de sua figura.⁴³

Conhecido por seus súditos como um homem que não esquecia traições, D. Afonso IV começou o seu reinado perseguindo seu meio-irmão Afonso Sanches, do qual acusou de traição, confiscou-lhes os bens e condenou a desterro perpétuo.⁴⁴ Um ano depois, foi a vez de João Afonso, outro meio-irmão do rei que foi morto por ordem deste. Insatisfeito, Afonso Sanches reúne forças em Castela para invadir Portugal. A guerra entre os dois irmãos desencadeou o medo de um conflito internacional com maiores conseqüências. Afonso XI, rei de Castela, não parecia muito interessado no conflito em que foi obrigado a se envolver.

⁴³ MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1992. p. 483 e 484.

⁴⁴ Segundo Danielle dos Santos, “os últimos anos do reinado de D. Dinis foram arcados por uma guerra civil de origem familiar, que devastou o país. Esta teve origem em 1312-1313, quando o monarca concedeu várias mercês a seu filho preferido, o bastardo Afonso Sanches, inclusive o cargo de mordomo-mor do reino. Esta situação indignou o Infante D. Afonso, filho legítimo do rei e da rainha D. Isabel de Aragão que, por sua conduta virtuosa, viria a ser canonizada mais tarde. O infante D. Afonso tinha sua própria casa desde que se casara com a Infanta D. Beatriz de Castela, em 1309. A nobreza senhorial insatisfeita com a postura centralizadora de D. Dinis agrupou-se em torno do também insatisfeito herdeiro Infante D. Afonso. Em 1319, o Infante exigiu que lhe fosse entregue a justiça do reino. D. Dinis acusou o filho abertamente de revolta, e apresentou três manifestos contra o filho, em julho de 1320, maio de 1321 e dezembro de 1321.” Cf. SANTOS, Daniele Oliveira dos. *Op. Cit.* p. 16.

Muito pelo contrário, repudiou a esposa D. Constança para se casar com D. Maria, filha do rei português.

A batalha entre os dois reinos se arrastou por três anos. D. Afonso, atendendo ao pedido da mãe que estava enclausurada em Coimbra desde a morte de seu marido, decidiu devolver os bens do meio-irmão. Como de costume, quem saiu prejudicada por essa guerra estéril foi o povo. O filho bastardo morreu em 1329, um ano após o perdão. Deixou sua esposa D. Tereza de Albuquerque com um filho pequeno, D. João Afonso que viria a ser um dos grandes no reino de Castela. Aos cuidados de D. Tereza ficou uma menina, filha de uma parenta, de nome Inês. Ela era filha de D. Pedro Fernandes de Castro – um grande senhor castelhano – e dona Aldonza Soares de Valadares.⁴⁵

Convém aqui destacar que o pai dessa menina que, posteriormente, seria consagrada como Inês de Castro, autêntico amor da vida de D. Pedro era primo e aliado de Afonso Sanches que era meio-irmão de Afonso IV. A jovem que encantaria o infante D. Pedro encontra-se, portanto, inserida no âmbito de significativas relações de poder da Península Ibérica.

Passada a revolta de Afonso IV, o rei voltou-se mais para questões de Estado. Tomou uma série de iniciativas diplomáticas a fim de assegurar a paz com os reinos vizinhos. Nos anos de 1328 e 1329 afirma paz com Castela e Aragão. Porém, entre 1336 e 1339 D. Afonso IV se envolve num conflito com Castela, que estava em guerra devido a motivos internos, por uma questão aparentemente emotiva: a solidariedade com D. Maria, sua filha e esposa do rei castelhano que este repudiava trocando-a por Leonor de Gusmão. Em tom de vingança, o rei português negocia o casamento de seu filho D. Pedro com D. Constança Manoel, filha de D. João Manoel, rival do rei castelhano.

Desde 1328 o infante D. Pedro fora prometido a D. Branca, sobrinha de D. Afonso XI. Sendo assim, o acordo que deixaria D. Branca um dia ser rainha de Portugal e aproximar Castela com o reino vizinho fora quebrado. D. Constança que havia sido rejeitada pelo rei de Castela agora se casaria com o infante português. De acordo com José Mattoso essas

⁴⁵ SANTOS, Daniele Oliveira dos. *Op. Cit.* p. 18.

confusões matrimoniais eram comuns. O amor era um acessório do casamento e a busca por laços de parentesco vantajosos era a regra entre os reinos.⁴⁶

A interferência de Afonso IV em Castela não deve ser pensada por motivos emocionais, como fazem crer as crônicas. Provavelmente, houve uma motivação de expansão do poder e das fronteiras portuguesas, mas ao término da guerra as fronteiras permaneceram como eram antes. O conflito entre os reinos de Portugal e Castela foram resolvidos. D. Maria continuou casada com o rei castelhano, D. Afonso XI, dando-lhe um filho. O infante português, D. Pedro, recebeu dona Constança Manuel como esposa em agosto de 1340. Junto com a futura rainha vieram suas aias, das quais entre elas estava dona Inês de Castro.⁴⁷

Inês, filha bastarda de Pero Fernández de Castro, estava ligada a grupos opositores ao rei de Castela e atuava como aia na casa de João Afonso de Albuquerque, filho de Afonso Sanches e meio-irmão de Afonso IV. Como já se destacou, a jovem, ainda menina, foi entregue por seu pai aos cuidados de Teresa de Albuquerque, e, assim, passou a servir, como aia, a mãe de João Afonso. Na ocasião do enlace matrimonial entre D. Pedro e Constança Manuel a aia integrou a comitiva organizada por João Afonso que conduzia a Infante a Portugal para as bodas.

O reinado de Afonso IV foi positivo no âmbito interno. Foi um rei legislador e centralista. Deve-se registrar que durante o seu reinado a Europa passou por sua crise mais devastadora na história, a peste bubônica, ocorrida nos anos de 1348-1349. Dentre os feitos do rei português incluem-se reformas da administração concelhia, repressão de abusos senhoriais e medidas sociolaborais.

Os últimos anos de seu reinado foram marcados por uma guerra civil, provocada pelo desentendimento entre ele e o filho, D. Pedro. Parece que as discórdias familiares era uma constante na vida de D. Afonso IV. O motivo da briga foi a morte de Inês, a amada de D. Pedro. D. Afonso achava perigoso o envolvimento dos filhos com os Castros e por isso optou pelo assassinato da jovem. D. Pedro reuniu um exército e tentou ocupar a cidade do Porto,

⁴⁶ MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1992. p. 485 e 486.

⁴⁷ SANTOS, Daniele Oliveira dos. *Op. Cit.* p. 19.

mas não conseguiu. No mesmo ano da tragédia, 1355, D. Pedro e o pai voltaram à paz. D. Afonso faleceu em Lisboa, em maio de 1357 aos 66 anos de idade.⁴⁸

O perigoso romance que levaria Inês à morte precocemente teve início com a chegada da dama na corte portuguesa. Em 1340, D. Constança Manuel viaja a Portugal com o propósito de ser entregue em casamento a D. Pedro e uma das aias da comitiva da futura rainha era Inês de Castro. A função de aia era ser acompanhante da mulher de seu senhor ou, caso morassem na corte, ser acompanhante de infantes ou rainhas. Quando sua senhora tivesse filhos, a aia atuaria também como ama destes. Como raramente eram entregues a casamento, essas mulheres acabavam sendo amantes ou barregãs de nobres ou reis. Geralmente as aias eram filhas bastardas de um grande senhor.⁴⁹

Não se sabe ao certo quando que D. Pedro e Inês começaram a se relacionar. A dama galega fora convidada para ser madrinha do filho primogênito do futuro casal real. Talvez esta tenha sido uma tentativa calculada por D. Constança Manuel para construir um laço de parentesco espiritual com sua aia e evitar que esta viesse a ter algum vínculo com D. Pedro. Além disso, o fato de Inês ter sido criada por D. Tereza, viúva do irmão rival de D. Afonso, induz a pensar que a jovem pode ter sido criada com o intuito de um dia ir parar na corte portuguesa. No entanto, esta situação não tem como ser provada.

Desgostoso dos boatos de que D. Pedro teria algum envolvimento com Inês, D. Afonso IV exila a dama do reino em 1344. Esta busca abrigo em Albuquerque, onde vivia sua mãe de criação, Tereza. No ano seguinte D. Constança Manuel morre, abrindo espaço para o relacionamento da jovem com o infante. Este busca dona Inês no exílio e vai viver com ela no norte de Portugal, cada um em seu próprio paço, como era o costume da época.⁵⁰

Durante o tempo em que ficou afastado da corte, o casal teve quatro filhos. O primeiro, D. Afonso, morreu ainda bebê; os outros três se chamaram D. João, D. Dinis e D. Beatriz respectivamente. Quando eles se mudaram para Coimbra ficaram mais expostos aos

⁴⁸ MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1992. p. 487.

⁴⁹ TREVISAN, Mariana Bonat. *As aias Inês de Castro e Maria de Padilha nas crônicas de Pero Lopes de Ayala e Fernão Lopes (séculos XIV e XV)*. Curitiba: UFPA, 2009. p. 41.

⁵⁰ SANTOS, Daniele Oliveira dos. *Op. Cit.* p. 44.

olhares da corte e sua desaprovação. Os conselheiros do rei também criticaram o enlace amoroso.

Segundo Mariana Bonat, o cronista Pero Lopez de Ayala evidencia em sua narrativa que Álvaro Pires de Castro foi informado por Maria Padilha, amante de D. Pedro I de Castela, que o mesmo atentaria contra sua vida. Diante deste fato, Álvaro Pires recorre a Inês de Castro que por conta de sua proximidade com o monarca coloca seu irmão sob a proteção do mesmo. Tal proximidade tem repercussões no reino como os desentendimentos entre D. Afonso IV e o infante D. Pedro.⁵¹

O receio de D. Afonso IV com tal relacionamento existia em função da família de Inês, mais precisamente de seus irmãos: Álvaro Pires de Castro e Fernando de Castro. O temor do monarca era de que tais homens envolvessem D. Pedro nas questões castelhanas e prejudicasse a independência portuguesa. O infante poderia arrastar Portugal para uma guerra peninsular com conseqüências imprevisíveis. Para completar o desprezo ao casal, D. Fernando temia que os filhos bastardos de Inês reivindicassem o trono.

Além de D. Inês ser filha bastarda, o que desde o século XI começa a ser visto com maus olhos no seio da aristocracia, a dama possuía um laço de parentesco espiritual com D. Pedro, por ter batizado D. Fernando. No entanto, isso não era um problema que poderia impedir a relação do casal, pois D. Pedro tinha uma dispensa papal de João XXII que lhe permitia casar com qualquer mulher nobre que fosse sua parenta em certos graus, inclusive o que abrangia o grau entre o infante e Inês.⁵²

Diante de uma situação tão complicada, D. Afonso, com a ajuda de seus conselheiros, opta pela morte de Inês, a fim de evitar problemas futuros. No dia 7 de janeiro de 1355, o rei junto a outros homens parte em direção à Coimbra para matar a mulher que ameaçava a

⁵¹ A pesquisadora insiste ainda que alguns estudiosos acreditam que a influência de Álvaro Pires de Castro e, ainda, de seu meio-irmão Fernando Pires de Castro sobre D. Pedro associada ao projeto político ambicioso para tomar a coroa de Castela constituem-se como elementos essenciais para a morte de Inês de Castro. Cf. TREVISAN, Mariana Bonat. *Op. Cit.* p. 52.

⁵² SANTOS, Daniele Oliveira dos. *Op. Cit.* p. 45.

estabilidade do reino. Inês foi degolada e seu corpo foi levado para a Igreja de Santa Clara. A justificativa para sua morte: razões de Estado.⁵³

Quando D. Pedro fica sabendo do ocorrido, entra numa guerra com seu pai, conforme já fora mencionado. Após assumir o trono, em 1357, logo manda matar os assassinos de Inês, Pedro Coelho e Álvares Gonçalves, sendo que um terceiro foge. O modo cruel como ordenou a morte dos assassinos de sua amada refletiu até no cognome que recebeu, *o Justiceiro*. O corpo de Inês foi transferido para o Mosteiro de Alcobaça em 1361, onde D. Pedro mandou construir um belíssimo túmulo para sua mulher. Ele constrói outro túmulo para si ao lado do dela.

Convém destacar ainda que em 18 de junho de 1360, o oitavo rei de Portugal reúne a Corte em Catanhede e declara ter se casado com D. Inês de Castro por volta de 1353 em algum dia cuja data não lembrava. Essa declaração de casamento tornava a relação do ex-casal oficial, fato desconhecido até então. Tal situação era um agravante para D. Fernando, herdeiro do trono, pois os três filhos de Inês também poderiam ser considerados legítimos. Depois de morta, D. Inês de Castro foi coroada rainha de Portugal, fato que entrou para a história do país.

A declaração de casamento é um assunto polêmico, pois o modo como se concebia o matrimônio na época difere do que conhecemos hoje. A autora Maria Leonor Machado de Sousa aponta um documento da época em que Inês ainda estava viva, a doação de padroado da Igreja de Santo André de Canidelo, feita por D. Pedro à sua amada. Neste documento D. Pedro se refere à Inês como “dona Inês de Castro”. Essa menção pode significar que ele ainda não tinha se casado com ela ou que o casamento para ele não tinha uma conotação especial, porque mesmo depois da declaração de casamento o rei continuaria a chamá-la da mesma forma.⁵⁴

Entretanto, numa carta de 8 de setembro de 1358, referente as jurisdições restituídas ao mosteiro de Alcobaça, D. Pedro cita “dona Inês de Castro nossa molher”. D. Beatriz, mãe de D. Pedro, ainda estava viva quando ele redigiu tal carta. Este detalhe é importante, pois

⁵³ MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1992. p. 487 e 488.

⁵⁴ “E disse o dicto senhor Iffante aho dicto vigário [o bispo do Porto, Pedro Aires] que desse a el sua auctoridade ordinaria pera poder el Renuciar e poer ho dereyto do dicto padroado e poello na dicta dona Eines [...]” Cf. SÁ, Aires de. *Fr. Gonçalo Velho, 1889*, p.61 apud SOUSA, Maria Leonor Machado de. *Inês de Castro: um tema português na Europa*. Lisboa: Edições 70, s/d. p. 19.

desconstrói o argumento de que o infante estava esperando a morte de sua mãe para revelar o casamento com D. Inês. Sendo assim, possivelmente o fato era conhecido. Ele também reconhece Inês como sua mulher no testamento, de 1357, mas tal documento tinha um peso político diferente do anterior e os termos usados foram bem pensados.⁵⁵

Outro documento que demonstra que o casamento de Pedro e Inês era reconhecido foi o testemunho de D. Beatriz, de 29 de dezembro de 1358, que menciona os filhos de Inês como “infantes”. Para alguns, isso seria a prova do reconhecimento da união do casal; para outros, apenas uma forma de não distinguir os netos.⁵⁶ D. Fernando, em seu testamento de 1378, se posiciona contrário as duas hipóteses:

“(…) dizemos que dom Johm e dom doniz e dona Beatriz sua Irmaa e molher que foy do Conde don Sancho de Castella nom son nossos Irmaaos legitimos nem podem nem devem de direito nem per costume destes Regnos vurn aadita sobcessom por quanto antre ElRey Don Pedro nosso padre a que Ds perdoe e dona Ines madre dos sobreditos non foy matrimonio em vida do dito nosso padre nem foy ende voz nem fama ante foy bem fama pubrica que era barregaa do dito nosso padre (...)”⁵⁷

É claro que, como já é sabido, D. Fernando não teria interesse nenhum em afirmar o oposto. Mais adiante nesse mesmo testamento, D. Fernando afirma que aqueles que dizem que seu pai casara com D. Inês o fazem apenas para cumprir um desejo do falecido rei que queria tornar legítimo todos os filhos.

A continuidade que D. Pedro queria dar a dinastia com a legitimação dos outros filhos foi legalmente desfeita pelo próprio D. Fernando. De acordo com Machado de Sousa, o modo como o então rei registra suas palavras deixa transparecer que o casamento era conhecido e possuía uma certa aceitação. Ele poderia não ser considerado válido porque D. Pedro e Inês eram parentes e por isso precisavam de dispensa para casar, mas tal dispensa D. Pedro conseguira do papa João XXII.⁵⁸

O casamento fora formalmente tido como inexistente ou inválido por um antigo conselheiro de D. Afonso IV – Diogo Lopes Pacheco – e, provavelmente, a única testemunha

⁵⁵ SOUSA, Maria Leonor Machado de. *Op. Cit.* p. 19 e 20.

⁵⁶ PINTO, S. Silva. O casamento válido de Inês de Castro, 1961, p. 9. Apud C SOUSA, M. L. Machado de. *Op. Cit.* p. 20.

⁵⁷ ARNAUT, S. Dias. *A crise Nacional dos fins do século XIV*, 1960, p.291. apud SOUSA, M. L. Machado de. *Op. Cit.* p. 20.

⁵⁸ SANTOS, Daniele Oliveira dos. *Op. Cit.* p. 45.

ainda viva da tragédia em 1385. Ao ser inquirido por ordem das cortes de Coimbra teve que responder uma série de perguntas e transmitiu dados importantes, como o fragmento a seguir: “(...) Pregutado se sabia que o dicto Rey D. Pedro é alguu tepo Recebesse por molher per palavras de presente a dicta dona Enes de Castro disse que no (...)”⁵⁹

As fontes precisam ser constantemente questionadas e confrontadas com outras, pois um interesse político pode oficializar uma história que na realidade não ocorreu. Neste caso, as fontes literárias abrem margem a liberdade e a criatividade. Tendo em mãos uma história tão peculiar, vários escritores não hesitaram, independente do motivo que os levaram a isso, em publicar sua versão do conto inesiano. Luís Vaz de Camões foi um desses escritores.

2.2) A idealização de Inês de Castro na narrativa de Luís de Camões

Nascido no século XVI, Camões foi um nobre português que vivenciou um período de mudanças culturais e sociais. Era o período final do Renascimento e também de profundas mudanças que culminaram na dita sociedade moderna. Em uma viagem ao Oriente, Camões lutou ao lado das forças portuguesas e escreveu sua obra mais conhecida, *Os Lusíadas*, a pedido do rei de Portugal, D. Sebastião, que lhe pagou por tal feito. Enquanto esteve em vida, a obra não recebeu muita atenção. No entanto, logo após falecer sua poesia ganhou reconhecimento de vários escritores da literatura europeia. Publicada em 1572, *Os Lusíadas* tem como tema central a descoberta da rota marítima para a Índia feita por Vasco da Gama, apesar do autor tocar, ao longo de sua narrativa, em outras histórias.

Dividida em dez cantos, *Os Lusíadas* dedica parte do Canto III a narrativa da história de Inês de Castro. Camões consagra na memória coletiva portuguesa a aia que encantou D. Pedro como uma mulher frágil e delicada, vítima de seu próprio amor. Esta versão sobre a figura de Inês que se difundiu e entrou para a história portuguesa será aqui analisado mais atentamente, posto que a mesma preserva elementos importantes da escrita de Fernão Lopes.

O literário introduz o caso de Inês na estrofe 118, contextualizando, assim, a tragédia inesiana. D. Afonso volta à Portugal depois da guerra contra os mouros (da qual foi vitorioso) e pretende ter tanta glória na paz como teve na guerra. É neste período que ocorre o

⁵⁹ SÁ, Ayres de *Fr. Gonçalo Velho, 1889*, p145. apud SOUSA, M. L. Machado de. *Op. Cit.* p. 22.

assassinato de Inês de Castro que depois de morta foi coroada rainha por D. Pedro. Esta frase tornou-se célebre e é muito recorrente quando o caso de Inês é lembrado.

Nota-se no quinto verso desta estrofe o tom romântico do qual Camões se utiliza para registrar a história de Inês: *O caso triste, e digno da memória*. Memória: é isso que o autor pretende consagrar nesses versos, uma memória de Inês. Um caso que ele considera sepultado, mas digno de ser desenterrado. Um caso de uma mulher mísera, isto é, pobre, infeliz, digna de pena que só depois de morta que conseguiu o título de rainha [os grifos são nossos].

118

Passada esta tão próspera vitória,
Tornando Afonso à Lusitana terra,
A se lograr da paz com tanta glória
Quanta soube ganhar na dura guerra,
O caso triste, e di[g]no da memória,
Que do sepulcro os homens desenterra,
Aconteceu da **mísera e mesquinha**
Que depois de ser morta foi Rainha.⁶⁰

O autor assevera na estrofe seguinte que só o amor foi a responsável o pela morte de Inês. Se dizem que o amor feroz não se satisfaz nem com lágrimas, é porque ele é como um deus severo que quer sacrifícios. E assim foi a história da jovem Inês. Caso não estivesse envolvida com o infante português sua vida seria poupada. Mas o amor é quem ordena os corações humanos e, por isso, seu destino acabou sendo cruel [os grifos são nossos].

119

Tu, só tu, puro Amor, com força crua,
Que os corações humanos tanto obriga,
Deste causa à molesta morte sua,
Como se fora pérfida inimiga.
Se dizem, fero Amor, que a sede tua
Nem com lágrimas tristes se mitiga,
É porque queres, áspero e tirano,
Tuas aras banhar em sangue humano.⁶¹

⁶⁰ CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. 2 ed. São Paulo: Martin Claret, 2009. p. 98.

⁶¹ CAMÕES, Luís Vaz de. *Op. Cit.* p. 98.

Em sua sequência narrativa, Camões, então, mostra ao leitor que a dama galega estava colhendo os frutos (ou seja, usufruindo) de sua juventude com aquela felicidade ilusória, que a vida não deixa durar muito tempo. Nos campos do Mondego,⁶² com os olhos lacrimejantes, repetia o nome do seu amado. Luís Camões volta, assim, ao tempo em que Inês vivia feliz a fim de mostrar mais a frente a crueldade que a vida lhe preparou como destino. Neste trecho o poeta começa a personificar Inês, dando-lhes adjetivos que induzem o leitor a imaginar uma moça muito bonita e inocente [os grifos são nossos].

120

Estavas, **linda Inês**, posta em sossego,
De teus anos colhendo doce fru[i]to,
Naquele engano da alma, ledos e cegos,
Que a Fortuna não deixa durar muito,
Nos saudosos campos do Mondego,
De teus **fermosos olhos** nunca enxuto,
Aos montes ensinando e às ervinhas
O nome que no peito escrito tinhas.⁶³

Após remontar esses ‘saudosos tempos’ voltados para o amor, Camões introduz D. Pedro na narrativa. As lembranças da inocente dama associam-se a esse amor que nutria por D. Pedro que se encontrava distante. Na escrita do poeta, ambos conversavam um com outro através de pensamentos e sonhos, recorrendo a memória de momentos alegres que passaram juntos. O autor passa a imagem de uma mulher apaixonada, que vivia com os pensamentos voltados para o seu amor. Pensava nele de noite e de dia. E assim Camões constrói e valoriza a intensidade dessa paixão. Inês parece extasiada por esse sentimento e quando volta a si percebe que seus pensamentos e sonhos não passam de lembranças [os grifos são nossos].

121

Do teu Príncipe ali te respondiam
As lembranças que na alma lhe moravam,
Que sempre ante seus olhos te traziam,
Quando dos teus fermosos se apartavam:
De noite em doces sonhos, que mentiam,
De dia em pensamentos, que voavam.

⁶² Convém, aqui, salientar que Mondego, além de ser o nome do rio mais importante de Portugal, também é um vale que atravessa Coimbra.

⁶³ CAMÕES, Luís Vaz de. *Op. Cit.* p. 98.

E quanto enfim cuidava, e **quanto via,**
Eram tudo memórias de alegria.⁶⁴

Na concepção de Camões, D. Pedro não queria outra mulher que não fosse Inês, mesmo se elas fossem belas – até porque Inês também era uma moça bonita na descrição do autor. A expressão “puro amor” demonstra mais uma vez a inocência do amor de Pedro e Inês. D. Afonso IV, mencionado na sequência poética como “velho pai sesudo”, atende o murmurar do povo, que será explicitado no próximo verso. O poeta estabelece, dessa forma, uma imagem negativa tanto do pai de D. Pedro quanto do povo: ambos estariam contra a união do casal [os grifos são nossos].

122

De outras **belas senhoras e Princesas**
 Os desejados tálamos enjeita,
 Que tudo enfim, tu, **puro amor**, despreza,
 Quando um gesto suave te sujeita.
 Vendo estas namoradas estranhezas
O velho pai sisudo, que respeita
O murmurar do povo, e a fantasia
 Do filho, que casar-se não queria,⁶⁵

Na narrativa de Camões, o povo rejeita a união do casal e D. Afonso reitera essa rejeição. Decide, então, pela morte de Inês a fim de que seu filho fique liberto desse amor que o prendia. O fogo do amor do casal só poderia ser apagado com a morte de Inês. Camões se pergunta que fúria foi essa que levantou a mesma espada (da luta contra os mouros) contra uma dama indefesa. Cabe neste ponto atentar para algumas palavras usadas pelo autor que caracterizam a marca que o poeta imputa ao casal. O termo “fogo aceso” demonstra, outra vez, a vivacidade da relação de Pedro e Inês e legitima o amor do casal. [os grifos são nossos].

123

Tirar Inês ao mundo determina,
 Por lhe tirar o filho que tem preso,
 Crendo co sangue só da morte indi[g]na
Matar do firme amor o fogo aceso.
 Que furor consentiu que a espada fina,
 Que pôde sustentar o grande peso

⁶⁴ Ibidem. p. 99.

⁶⁵ Ibidem. p. 99.

Do furor Mauro, fosse alevantada
Contra uma **fraca dama delicada**?⁶⁶

“Uma fraca dama delicada”: é assim que o poeta retrata Inês. A moça frágil, sem forças e graciosa que na sequência do poema encontra terríveis algozes que a levarão perante o rei, que se encontra tomado por um sentimento de piedade. Porém, o povo clamava pela morte de Inês, persuadindo o monarca. Inês já sentia saudade do seu amado e dos filhos que ali deixaria. Temia mais pela vida deles do que pela sua.

Camões desloca, assim, a culpa de Afonso IV e, de certa forma, o envolvimento do mesmo no assassinato da dama. É o povo, na narrativa de Camões, o verdadeiro responsável por essa decisão fria e cruel [os grifos são nossos].

124

Traziam-[n]a os horríficos algozes
Ante o **Rei, já movido a piedade:**
Mas o povo, com falsas e ferozes
Razões, à morte crua o persuade.
Ela, com tristes e piedosas vozes,
Saídas só da mágoa, e **saudade**
Do seu Príncipe, e filhos que deixava,
Que mais que a própria morte a magoava,⁶⁷

Inês estava entre a vida e a morte. Olhava para o céu com olhos piedosos lembrando-se dos filhos enquanto um dos carrascos amarrava suas mãos. É interessante observar aqui como o autor constrói uma personagem que além de bela e graciosa também é uma mãe dedicada e preocupada com a situação dos filhos naquele momento de transtorno. Inês, prestes a perder a vida, conseguiu pensar no futuro dos seus queridos, temendo um destino de orfandade para eles. Os termos “queridos” e “mimosos” caracterizam o tom de boa mãe que Camões está construindo [os grifos são nossos].

125

Para o Céu cristalino alevantando
Com lágrimas os olhos piedosos,
(Os olhos, porque as mãos lhe estava atando
Um dos duros ministros rigorosos);

⁶⁶ Ibidem. p. 99.

⁶⁷ Ibidem. p. 99.

**E de[s]pois nos meninos atentando,
Que tão queridos tinha, e tão mimosos,
Cuja orfandade como mãe temia,
Para o avô cruel assi[m] dizia:⁶⁸**

Consternada, a dama dirige-se ao rei pedindo piedade. Cabe destacar que Camões dá voz a Inês e suas palavras entendem-se por três longas estrofes. A dama galega afirma que se até os animais ferozes tem piedade com as crianças, como demonstraram as histórias da mãe de Nino e a dos fundadores de Roma... [os grifos são nossos]

126

**- "Se já nas brutas feras, cuja mente
Natura fez cruel de na[s]cimento,
E nas aves agrestes, que somente
Nas rapinas aéreas têm o intento,
Com pequenas crianças viu a gente
Terem tão piedoso sentimento,
Como coa mãe de Nino já mostraram,
E colos irmãos que Roma edificaram;⁶⁹**

...porque o rei não poderia ter? Como ser humano, ele poderia mostrar mais compaixão. O discurso se volta para um pedido de piedade dirigido em prol dos filhos de Inês, pois ao lhe poupar a vida o rei estaria sendo piedoso com as crianças inocentes. A dama, então, se questiona se seria humana essa atitude do rei de permitir a morte de uma donzela, vítima de seu próprio amor por D. Pedro. Inês deseja que o avô se comova com a possível orfandade dos netos e lhes poupe este sofrimento.

Mais uma vez cabe acentuar a importância das palavras colocadas pelo poeta na voz de Inês a fim de enaltecer a história de amor que condenou a dama que encantou D. Pedro. É a própria Inês, em discurso dirigido ao monarca, que enuncia ter sido, na condição de ‘donzela fraca e sem forças’, tomada por um amor que a fez refém de seu próprio coração. Inês, na narrativa de Camões, é apenas uma vítima do amor que sentia por D. Pedro. E mais do que isso, era uma mãe dedicada que queria viver para cuidar dos filhos. Os versos desvelam uma mulher que estava mais preocupada com seus filhos do que com ela mesma [os grifos são nossos].

⁶⁸ Ibidem. p. 100.

⁶⁹ Ibidem. p. 100.

127

- Ó tu, que tens de humano o gesto e o peito
 (Se de humano é matar uma **donzela**
Fraca e sem força, só por ter sujeito
O coração a quem soube vencê-la)
 A estas criancinhas tem respeito,
 Pois o não tens à morte escura dela;
Mova-te a piedade sua e minha,
Pois te não move a culpa que não tinha.⁷⁰

Se o rei sabe “dar” a morte, como provou na luta com os mouros, também saberia “dar” a vida a uma pessoa inocente. Se ela, porventura, merecesse a piedade, poderia colocá-la na Cítia ou na Líbia como um castigo eterno. Camões delineia, assim, a imagem de uma mulher disposta a passar o resto de seus dias em confinamento em troca de compaixão. Neste trecho o autor, ainda preservando a voz de Inês, deixa implícito mais uma virtude da dama. Tal virtude seria a humildade, explícita diante de clemência pelo exílio [os grifos são nossos].

128

- E se, vencendo a Maura resistência,
A morte sabes dar com fogo e ferro,
Sabe também dar vida com clemência
 A quem para perdê-la não fez erro.
 Mas se to assi[m] merece esta inocência,
Põe-me em perpétuo e mísero desterro,
Na Cítia fria, ou lá na Líbia ardente,
Onde em lágrimas viva eternamente.⁷¹

Inês pede para ser posta entre os animais ferozes, pois talvez entre eles encontrasse mais piedade do que entre os humanos. Ali ela criaria seus filhos, que seriam o consolo de uma mãe triste. Neste trecho o poeta encerra a fala que Inês dirige a D. Afonso. Parece que a dama se convence de que não receberá a clemência desejada. Ela admite que morre por D. Pedro, ou melhor, pelo amor que sentia pelo infante. Se porventura pudesse criar seus filhos num lugar distante, eles seriam o seu tesouro, a relíquia dessa mãe sofredora [os grifos são nossos].

⁷⁰ Ibidem. p. 100.

⁷¹ Ibidem. p. 100.

129

– Põe-me onde se use toda a feridade,
 Entre leões e tigres, e verei
 Se neles achar posso a **piedade**
Que entre peitos humanos não achei:
 Ali co[m] amor intrínseco e vontade
Naquele por quem morro, criarei
 Estas **reliquias** suas que aqui viste,
Que refrigério sejam da mãe triste."⁷²

Na pena de Camões, D. Afonso acaba comovido pelas palavras de Inês e é tomado pelo desejo de perdoá-la. O escritor adjectiva D. Afonso como benigno na intenção de demonstrar que o verdadeiro culpado pelo assassinato de Inês foi o povo. O rei apenas teria cedido a seus apelos. Camões constrói no seu discurso a imagem de um povo que não teve o mesmo sentimento de piedade que o monarca. Os carrascos então, diante da situação, arrancam suas espadas contra a dama. Eles se mostram ferozes, se esquecendo do cavalheirismo. E assim Camões consagra a trágica morte de Inês de Castro e a distingue de outras mulheres portuguesas [os grifos são nossos].

130

Queria perdoar-lhe o **Rei beni[g]no,**
 Movido das palavras que o magoam;
Mas o pertinaz povo, e seu destino
 (Que desta sorte o quis) **lhe não perdoam.**
Arrancam das espadas de aço fino
 Os que por bom tal feito ali apregoam.
 Contra uma dama, ó peitos carnicheiros,
Feros vos amostrais, e cavaleiros?⁷³

Assim como Pirro prepara-se com a espada para matar Policena (noiva de Aquiles), os matadores de Inês também agiriam. Policena olhava para sua mãe com ar de serenidade e pronta para se entregar em sacrifício. O que Camões pretende aqui é estabelecer uma comparação entre as duas histórias, deixando evidente, inclusive, que Inês também se comportou como uma ovelha mansa e paciente [os grifos são nossos].

131

Qual contra a linda moça Policena,

⁷² Ibidem. p. 100.

⁷³ Ibidem. p. 101.

Consolação extrema da mãe velha,
 Porque a sombra de Aquiles a condena,
 Co[m] ferro o duro Pirro se aparelha;
 Mas ela os olhos com que o ar serena
 (Bem como **paciente e mansa ovelha**)
 Na mísera mãe postos, que endoudece,
Ao duro sacrifício se oferece:⁷⁴

Pelo pescoço (colo) que sustentava o rosto (obras) pelo qual D. Pedro se apaixonou e, ao mesmo tempo, “matou” de amores, Inês foi morta. Os assassinos banham suas espadas com o sangue da vítima e também as faces pálidas (brancas flores) e molhadas pelas lágrimas de Inês. Eles a matavam com ira, sem se preocupar com o futuro castigo que lhes viria.

Há, aqui, uma espécie de dramatização da morte: o pescoço de Inês é cortado pela espada dos carrascos e o sangue da dama também mancha suas faces pálidas, molhadas de lágrimas, o que mostra o sofrimento da aia de Constança Manuel e a converte em vítima de seus próprios sentimentos amorosos [os grifos são nossos].

132

Tais contra Inês os brutos matadores
 No colo de alabastro, que sustinha
 As obras com que Amor matou de amores
 Aquele que de[s]pois a fez Rainha;
As espadas banhando, e as brancas flores,
Que ela dos olhos seus regadas tinha,
 Se encarniçavam, férvidos e irosos,
 No futuro castigo não cuidadosos.⁷⁵

O poeta insiste, em sua sequência narrativa, na inserção da tradição greco-romana. O Sol poderia ter se escondido naquele triste dia, como ocorreu quando Tiestes comeu os próprios filhos num banquete dado por Atreu. Camões compara a crueldade da morte de Inês com a história de Tiestes e Atreu. A última palavra de Inês antes de morrer – Pedro – ecoou pelos vales [os grifos são nossos].

133

Bem puderas, ó Sol, da vista destes
 Teus raios apartar aquele dia,

⁷⁴ Ibidem. p. 101.

⁷⁵ Ibidem. p. 101.

Como da seva mesa de Tiestes,
 Quando os filhos por mão de Atreu comia.
 Vós, ó côncavos vales, que pudestes
 A voz extrema ouvir da boca fria,
O nome do seu Pedro, que lhe ouvistes,
Por muito grande espaço repetisses!⁷⁶

Como uma flor cortada antes do tempo por uma menina levada para colocar numa grinalda (capela), assim se parece Inês, sem cheiro e sem cor. Morta, Inês está pálida, com as faces sem rubor. Camões vai dando um tom de despedida a história de Inês. Apresenta-a, então, já sem vida, enfatizando traços e nuances de sua aparência. A dama foi vencida. Os carrascos não tiveram compaixão perante uma moça indefesa [os grifos são nossos].

134

Assi[m] como a bonina, que cortada
 Antes do tempo foi, cândida e bela,
 Sendo das mãos la[s]civas maltratada
 Da menina que a trouxe na capela,
 O cheiro traz perdido e a cor murchada:
Tal está morta a pálida donzela,
Secas do rosto as rosas, e perdida
A branca e viva cor, coa doce vida.⁷⁷

As filhas do Mondego (rio de Portugal) choraram por muito tempo a morte de Inês e essas lágrimas se transformaram numa fonte de nome “Dos amores de Inês”. A fonte é fresca e rega as flores. Ela foi feita de lágrimas e de amores. E assim o poeta português encerra a história de Inês de Castro. Ele procura eternizar a tragédia da donzela da forma mais poética possível [o grifo é nosso].

135

"As filhas do Mondego a morte escura
 Longo tempo chorando memoraram,
 E, por **memória eterna**, em fonte pura
 As lágrimas choradas transformaram;
 O nome lhe puseram, que inda dura,
 Dos amores de Inês que ali passaram.

⁷⁶ Ibidem. p. 101.

⁷⁷ Ibidem. p. 102.

Vede que fresca fonte rega as flores,
Que lágrimas são a água, e o nome amores.⁷⁸

Camões descreve todo o acontecimento que tornou a história de Inês de Castro única. Na perspectiva do poeta, Inês era uma mulher bela, apaixonada, mas que por ironia do destino foi vítima dessa mesma paixão. Injustiçada, a dama se torna infeliz e digna de pena. Sem possibilidade de se defender dos carrascos que estavam prestes a lhe tirar a vida, Inês se mostra mais preocupada com a vida dos filhos do que com a sua própria e aqui outra característica positiva para a imagem dela é traçada: altruísmo. Inês é a boa mãe, aquela que roga por sua vida com a intenção de não deixar seus filhos sozinhos no mundo, capaz de suportar até mesmo o exílio para proteger sua prole.

O escritor português tratou também de enfatizar a intensidade do amor entre Pedro e Inês, idealizando e legitimando, o romance do Infante português com sua aia. Nota-se que Luis de Camões não se remete ao casamento de ambos em momento algum. Há apenas uma exceção. O poeta, na estrofe 122, afirma que D. Pedro não queria se casar com nenhuma mulher que não fosse Inês. No entanto, Camões não liga o romance de D. Pedro e Inês a ideia de casamento e também não faz convergir as perspectivas de amor e casamento.

É importante chamar a atenção ainda para a desconstrução da imagem de D. Afonso IV atrelada a de um assassino frio. Afonso IV, nos versos de Camões, desejava perdoar Inês, mas teve de ceder às pressões do povo português, o que revela certa idealização de sua imagem como monarca. Não há nenhuma referência à vingança de D. Pedro salvo a expressão ‘futuro castigo’ na estrofe 132. Tal referência não remete aos desentendimentos entre o infante e seu pai e a própria noção de vingança. O historiador poderia indagar: Por que na narrativa de Camões a temática do casamento não está presente? Por que tal temática que surge com tanta vitalidade nas crônicas portuguesas do século XIV silenciou-se? Por fim, vale ressaltar que o autor faz algo que não se vê nas fontes: dá voz a Inês. A dama nas narrativas dos cronistas portugueses não ganhara voz e aparecia como uma personagem passiva. Talvez tenha sido esta a motivação de Camões ao conceder-lhe algumas palavras. Calada pela história, a dama é enaltecida pela literatura e seu mito refundado.

⁷⁸ Ibidem. p. 102.

CAPÍTULO 3: A CONSTRUÇÃO DO MITO INESIANO

3.1 *Fernão Lopes e sua inserção político-social*

Trabalhou-se, no capítulo anterior, com a construção da figura de Inês de Castro consagrada por Luis de Camões. O poeta do século XVI, embora tenha dado voz a personagem, caracterizou-a como uma ‘donzela fraca e sem força’, ‘dama delicada’ e de ‘fermosos olhos’, mãe devota que se enamorou do infante. O leitor é induzido a imaginar Inês como uma inocente dama vítima de sua paixão. Questiona-se, agora, pelo poeta se Inês possui esse mesmo perfil na leitura de outro escritor: Fernão Lopes. Tal como Camões, o cronista português, que servia à dinastia de Avis difundiu uma certa imagem da dama galega que se envolveu com o Infante Pedro. Interessa, assim, recuperar essa construção e estabelecer correspondências entre as imagens de Inês difundidas por esses consagrados autores portugueses.

O cronista português nasceu provavelmente na década de 1380 e morreu na segunda metade do século seguinte. Esse período foi conturbado na história portuguesa devido a guerras, insurreições camponesas e a crise dinástica em 1383. Quando D. Fernando morre o povo se rebela contra a nobreza, que é expropriada e foge. A coroa passa para as mãos de um bastardo real: D. João I. Eleito pelo povo, o novo rei vem acompanhado de uma nova corte, gente sem linhagem que vai ocupar os postos e as terras deixadas pela aristocracia anterior.⁷⁹

O documento mais antigo que se tem registro sobre Fernão Lopes, mostra que ele exerceu a função de guarda-mor da Torre do Tombo, em 1418, no reinado de D. João I. Era nesse local que se guardavam os documentos do Estado. O cronista exerceu também a função de escrivão para D. João I e D. Duarte – 10º e 11º reis de Portugal respectivamente.

Antes de ser chamado à corte, o futuro escrivão do reino tinha uma profissão particular: a de tabelião. Na Idade Média, cada tabelião trabalhava dentro de uma área chamada concelho. No entanto, alguns tinham o privilégio rendoso de exercer a profissão em qualquer lugar do país. Eram os chamados tabeliães gerais. Fernão Lopes era um deles.

Embora tenha sido um privilegiado da época, sua origem era da classe dos mesteirais (ou oficiais mecânicos) – categoria que variava muito, pois abrangia desde o simples trabalhador até ao proprietário de uma oficina com vários oficiais e aprendizes. É pouco

⁷⁹ SARAIVA, Antônio José. *Fernão Lopes*. 2. ed. Paris: Coleção Saber, 1965. p. 9.

provável que o cronista tenha cursado uma universidade, mas pelo menos de alguma escola conventual ele participou. Pode alargar as fronteiras de seu conhecimento literário na biblioteca real.

Depois que teve acesso a corte como escriba, não parou de subir na confiança da família real. O infante D. Fernando, filho de D. João I, deu a ele o cargo de escrivão da puridade, uma espécie de secretário diretamente subordinado ao seu superior. D. Duarte, quando ainda era infante pediu para Fernão Lopes escrever uma crônica geral do reino, abrangendo todos os reinados anteriores, dando uma ênfase no reinado de D. João I. Ele ganhava uma remuneração regular pelo trabalho de constituição de cada crônica. Cabia ao mesmo, portanto, constituir e zelar pela memória portuguesa. Vale lembrar que ao se tratar de um cronista do século XV é preciso ter em mente as posições políticas que eram expressas através da escrita. Um cronista seguia normalmente a perspectiva da corte ou da instituição da qual estava prestando serviço.

No entanto, o que distingue Fernão Lopes dos demais cronistas era sua capacidade de crítica aos dados históricos e às fontes. Seu critério estava ligado a uma busca por uma verdade que podia ser deturpada por preconceitos patrióticos. Diante de um assunto com mais de uma versão, o escrivão deixava a cargo do leitor escolher a que achasse mais convincente. Numa época em que os autores se preocupavam apenas em ser memorialistas, Fernão Lopes aparece como um investigador. Apesar dessa postura, não se sabe qual critério ele utilizava para apresentar uma determinada versão como verdadeira.⁸⁰

Enfim, como afirma o autor Antônio José Saraiva, “as crônicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I apresentam-se claramente como uma justificação e legitimação da nova dinastia e do pessoal dirigente que saiu da insurreição de 1383.”⁸¹ As crônicas serviam, assim, como demonstração do direito dos portugueses na luta contra o rei de Castela.

Tendo em vista o contexto em que viveu Fernão Lopes, fica claro a necessidade de se analisar a *Crônica de D. Pedro I* criticamente, levando em consideração a motivação de sua escrita. A figura inesiana apresenta na narrativa do cronista tons próprios e alguns destes atravessaram os séculos. Em Fernão Lopes, a Inês que narra belas palavras de clemência à D.

⁸⁰ Ibidem, pp. 22-27.

⁸¹ Ibidem, p. 29.

Afonso IV perde sua voz e aparece como uma personagem passiva que atravessa a história do pai do mestre de Avis.

A primeira observação que pode ser feita a respeito da *Crônica de D. Pedro I* é sobre a quantidade de vezes que Inês figura na narrativa. Seu nome está presente em oito capítulos.⁸² Comparada a outras mulheres que são citadas na obra – como Teresa Lourenço, Rainha Dona Maria, Dona Beatriz, Dona Constança, Dona Isabel, Dona Branca e outras personagens – Inês de Castro é a mais citada. No entanto, Fernão Lopes não atribui a ela nenhuma descrição pessoal, ao contrário do poeta Luís de Camões que adjetiva a personagem diversas vezes. A amante também não possui nenhum tipo de ação direta na narrativa do cronista.

Fernão Lopes relaciona Inês com fatos referentes a seu amor pelo infante, ao ‘suposto’ casamento do casal, a sua morte e a vingança de D. Pedro.⁸³ O cronista não parece se preocupar com o que a jovem tenha feito em vida, ou mesmo como foi seu relacionamento com D. Pedro. Seu assassinato parece ser mais instigante, pois acontecimentos importantes do reinado de D. Pedro giram em torno desta tragédia. Inclusive o cognome que recebera, *O cruel*, tem ligação com sua vingança após o assassinato da dama tramado por seu pai.

3.2 Inês de Castro na perspectiva de Fernão Lopes

Ao invés de uma análise fiel a ordem dos capítulos da *Crônica de D. Pedro I*, propõe-se a partir de então um exame temático dos acontecimentos que envolvem Inês, a começar pelo tema do amor entre Pedro e sua amante, exposto no capítulo XLIV: “Como foi trelladada Dona Enes pera o mosteiro Dalcobaça, e da morte del Rei Dom Pedro”. Este tema é fundamental na análise de Fernão Lopes, pois a devoção do monarca à Inês difunde elementos para a construção de mitos posteriores que se consagraram em torno da dama galega.

Neste capítulo o autor faz uma reflexão sobre o amor que existia entre D. Pedro e Inês. Fernão Lopes induz o leitor a acreditar que este amor era verdadeiro, pois o monarca não se

⁸² A referência a figura de Inês aparece nos seguintes capítulos da crônica: I, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI, XLIII e XLIV.

⁸³ O capítulo XXVII, por exemplo, trata da afirmação de D. Pedro, anos depois da morte de Inês, de ter se casado com a amante numa data que não se lembrava. Pode-se tomar como segundo exemplo o capítulo XLVI que aborda o traslado do corpo de Inês para o mosteiro de Alcobaça por ordens de D. Pedro.

esqueceu de sua amada mesmo anos depois de sua morte. Raramente alguma pessoa amaria outra como D. Pedro amou Inês. Como eles ficavam distantes no início do relacionamento, e este é o motivo principal para se perder um amor, D. Pedro enviava recados a sua amada [os grifos são nossos].

“Por que semelhante amor, qual el Rei Dom Pedro ouve a Dona Enes, raramente he achado em alguma pessoa, porem disserom os antiigos que nenhuum he tam verdadeiramente achado, como aquel cuja morte nom tira da memória o grande espaço do tempo. (...) Este verdadeiro amor ouve elRei Dom Pedro a Dona Enes como se della namorou, seemdo casado e aimda Iffamte, de guisa que pero dela no começo perdesse vista e falla, seemdo alomgado, como ouvistes, que he o principal aazo de se perder o amor, numca çessava de lhe enviar recados, como em seu logar teemdes ouvido.”⁸⁴

Fernão Lopes assevera que o amor entre o casal era sincero. O leitor pode enxergar tal afirmação como uma justificativa para explicar porque D. Pedro teria se envolvido em tantos problemas antes e depois da morte de Inês: a guerra com seu pai, D. Afonso IV; a vingança contra os assassinos de Inês; a declaração de casamento com Inês, que gerou dúvidas; a inquietação de D. Fernando em não querer a legitimação dos filhos bastados de Inês. O amor seria, portanto, um elemento importante para justificar os atos de D. Pedro que contrariaram seu próprio pai. Não há como negar a exaltação que o cronista faz em relação à paixão do casal.

Outro ponto instigante do trecho acima mencionado é afirmação de que D. Pedro “se della namorou” ainda sendo infante e casado com D. Constança Manoel. Não há como saber que tipo de envolvimento os amantes tinham, se era apenas olhares, se havia conversas ou se era algo mais íntimo. Todavia, era comum que o rei – apesar de D. Pedro ainda ser infante no período – se envolvesse com “amigas”. Sendo assim, pode-se concluir que o problema maior não era a relação extra-conjugal e sim, como revela a historiografia, a origem da família de Dona Inês. Cabe ressaltar que no discurso do cronista a dama é apontada sutilmente como uma “amiga” de D. Pedro, pois o infante ainda era casado quando se envolveu neste novo relacionamento.

Mais adiante, ainda no capítulo XLVI, Fernão Lopes conta sobre o túmulo que D. Pedro mandou construir para D. Inês [os grifos são nossos]:

⁸⁴ LOPES, Fernão. *Crônica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização, 1965. pp. 199 e 200.

(...) mandou fazer hum muimento dalva pedra, todo **mui sotillmente obrado**, poemdo emlevada sobre a campãa de çima a **imagem della com coroa na cabeça, como se fora Rainha**; e este muimento mandou poer no moesteiro Dalcobaça (...) E fez trazer seu corpo do mosteiro de Samta Clara de Coimbra, hu jazia, **ho mais homradamente que se fazer pode** (...) Semelhavelmente mandou elRei fazer outro tal muimento e tam bem obrado pera si, e fezeo poer açerca do seu della, per quamdo se aqueeçesse de morrer o deitarem em ele.⁸⁵

O ato de ter coroado a imagem de Inês no túmulo rendeu margem ao imaginário social quanto a uma possível cerimônia de coroação e do beija-mão com a rainha já morta.⁸⁶ Porém, Fernão Lopes não afirma nada do tipo. O autor descreve o modo como D. Pedro mandou fazer o túmulo de Inês, destacando como foi ricamente ornado e construído em homenagem a ela. Revela ainda que mandou transportar o corpo de sua amada para o mosteiro de Alcobaça. Ordenou que construíssem ali um túmulo também para si. O traslado, revela Fernão Lopes, foi feito *ho mais homradamente que se fazer pode*. Tal ato exalta ainda mais o amor de D. Pedro pela dama galega. O cronista transmite assim a ideia de que o monarca realmente admirava aquela mulher e não deixou que a morte apagasse o que sentia por ela. Pode-se admirar até hoje esse monumento que se encontra preservado no mosteiro referenciado como revelam as figuras em anexo.

O fato de ter deixado o tema do amor para o final indica que Fernão Lopes almejava concluir a *Crônica de D. Pedro I* com uma imagem positiva do rei. Isto porque o perfil do monarca delineado ao longo da narrativa passa a ideia de um rei impiedoso, vingativo, que age com justiça durante todo o seu reinado em variadas causas.⁸⁷

Diante disso, o próximo tema que pode ser explorado é o da vingança de D. Pedro contra os assassinos de Inês de Castro. No capítulo XXXI da *Crônica de D. Pedro I*, intitulado “Como Diego Lopez Pacheco escapou de seer preso, e foram emtegues os outros, e logo mortos cruellmente”, o cronista aborda a questão da morte dos conselheiros do rei anterior que foram responsáveis por tirar a vida de Inês. Primeiramente, Fernão Lopes narra a

⁸⁵ Ibidem. Cap. XLVI, p. 200 e 201.

⁸⁶ José Mattoso apenas cita uma lenda que existe em torno da imagem de Inês rainha. D. Pedro teria imposto aos seus súditos a cerimônia do beija-mão em que todos teriam que beijar a mão da rainha morta como se estivesse em vida. Cf. MATTOSO, José. *Op. Cit.* p. 488.

⁸⁷ Em seu estudo Mariana Bonat Trevisan destaca a afirmação de Maria do Rosário Ferreira que afirma ser a narrativa de Pero Lopez de Ayala o primeiro relato a associar o amor de D. Pedro à morte de Inês de Castro. Cf. TREVISAN, M. Bonat. *Op. Cit.* p. 51 e 52.

chegada dos conselheiros e como eles reagiram ao interrogatório do monarca [os grifos são nossos]:

“A Portugal foram tragidos Alvaro Gomçallvez e Pero Coelho, e chegaram a Santarem omde elRei Dom Pedro era; e **elRei com pazer** de sua viimda, **porem mal magoado por Diego Lopez fugira**, os sahiu fora arreçeber, e sanha cruel **sem piedade** lhos fez **per sua mão meter a tromento**, queremdo que lhe confessassem quaaes foram na morte de Dona Enes culpados, e que era o que seu padre traitava contreelle, quando amdavom desaviindos por azo da morte della; e nenhum delles respomdeo a taaes perguntas cousa que a elRei prouvesse; e elRei com queixume dizem que **deu huum açoute no rostro** a Pero Coelho, e elle se soltou emtom comtra elRei em desonestas e feas pallavras, chamamdolhe treedor, fe perjuro, algoz e carneçeiro dos homeens; (...) ⁸⁸

As palavras escolhidas pelo autor para descrever o momento da vingança enfatizam a crueldade com que agira o rei português. Ele sentira prazer com a chegada dos assassinos de sua amada, que seriam finalmente julgados. Ficou entristecido porque um deles, Diego Lopez fugira. *Sem piedade*, o próprio monarca torturou os conselheiros a fim de que confessassem qual deles foi o responsável por retirar a vida de Inês. Os interrogados não responderam as perguntas, o que levou D. Pedro a bater no rosto de Pero Coelho, que reagiu com ofensas ao rei. Até aqui, Fernão Lopes apresenta assim o contexto que deu a D. Pedro o título de *O cruel*.

Na sequência do capítulo, o cronista relata como D. Pedro orquestrou a morte dos assassinos de sua amante [os grifos são nossos]:

(...) e elRei dizemdo que lhe trouxessessem çebola e vinagre pera o coelho emfadousse delles e **mandouhos matar**. A maneira de sua morte, seemdo dita pelo meudo, seria **mui estranha e crua de comtar, ca mandou tirar o coração pellos peitos a Pero Coelho, e a Alvaro Gomçallvez pellas espadoas**; e quaaes palavras ouve, e aquel que lho tirava que tal officio avia pouco em costume, seeria bem doorida cousa douvir, **emfim mandouhos queimar**; e todo isto feito ante os paaços omde el pousava, de **guisa que comendo oolhava quanto mandava fazer**. Muito perdeo elRei de sua boa fama por tal escambo como este, o qual foi avudo em Portugal e em Castella por **mui grande mal**, dizemdo todollos boons que o ouviam, que os Reis erravom mui muito himdo comtra suas verdades, pois que estes cavalleiros estavom sobre segurança acoutados em seus reinos.” ⁸⁹

A forma como o autor dá sequência ao relato da vingança chama a atenção do leitor para a frieza com que D. Pedro agiu diante de uma sentença de morte. Fernão Lopes faz questão de dizer que o comportamento do rei é algo estranho de se contar. Ele mandou

⁸⁸ LOPES, Fernão. *Op. Cit.* Cap. XLVI, pp. 148 e 149.

⁸⁹ LOPES, Fernão. *Op. Cit.* Cap. XLVI, p. 149.

arrancar o coração de Pero Coelho e matar a espada Álvaro Gonçalves. Por fim os mandou queimar. Porém, o mais espantoso foi a atitude do monarca de ter uma refeição enquanto assistia o que ordenara fazer: *de guisa que comendo oolhava quanto mandava fazer*.

O escritor não se contenta em apenas narrar o acontecimento, expondo também sua opinião sobre o ocorrido – nada que não seja comum nos autores de época. Para Fernão Lopes, o rei perdeu popularidade por isso, pois tanto em Portugal como em Castela o povo não apoiou esse modo frio e cruel de se fazer justiça. A expressão *mui grande mal* revela esse descontentamento de Fernão Lopes frente a frieza da vingança do rei.

Percebe-se neste trecho que o nome de Inês não aparece, mas seu personagem é o pano de fundo de toda essa trama. Afinal, a vingança de D. Pedro é exclusivamente contra seus assassinos. A paixão que D. Pedro sentia por ela o cegou a ponto de matar friamente aqueles que a fizeram mal. Fernão Lopes não aponta qualquer preocupação de D. Pedro quanto ao que os outros pensariam de seus atos.

Que o complexo romance do casal português era de conhecimento da corte já se sabe. Entretanto, em 1360 uma afirmação de D. Pedro gera uma desconfiança entre os nobres, pois nunca se tinha ouvido falar que a aia e o monarca foram casados. Eis, então, o próximo tema: o suposto casamento entre D. Pedro e Inês. O capítulo XXVII, “Como el Rei Dom Pedro de Portugal disse por Dona Enes que fora sua molher recebida e da maneira que em ello teve”, trata dessa questão do matrimônio do casal. D. Pedro afirma em Catanhede ter se casado com Inês, mas sem conhecimento de seu pai [os grifos são nossos].

“Hora assi he que em quanto Dona Enes foi viva, nem depois da morte della em quanto elRei seu padre viveo, nem depois que el reinou, ataa este presente tempo, **nunca elRei Dom Pedro a nomeou por sua molher**, ante dizem que muitas vezes lhe emviava elRei Dom Affonso perguntar se a recebera e homrallahia como sua molher, e el respondia sempre que a nom recebera nem o era. (...)”⁹⁰

Fernão Lopes assevera que o rei D. Pedro nunca confessou ter se casado com Inês. Diziam – o cronista não revela de onde saíram essas informações – que D. Afonso mandava perguntar ao infante se este recebera Inês como sua mulher e a resposta era sempre negativa. Não se sabe até onde toda esta história é verídica, pois Fernão Lopes não teria motivos para confirmar a união do casal, uma vez que seus filhos poderiam ser legitimados, causando complicações futuras para a posse de D. João, mestre de Avis.

⁹⁰ LOPES, Fernão. *Op. Cit.* Cap. XXVII, p. 125.

O relato do cronista de que D. Pedro nunca teria nomeado dona Inês como sua mulher contrasta com a fonte apresentada pela autora Maria Leonor Machado de Sousa referente às jurisdições restituídas ao mosteiro de Alcobaça, já referenciada em capítulo anterior. Trata-se de uma carta de 1358 em que D. Pedro registra [os grifos são nossos]:

“(...) e outro sy como nõs en el ejamos singullar afeiçom, e especial devaçam, e como seja nosso proposityo, e entençam de nos hy mandar deytar, e **Dona Ines de Crasto nossa molher**, e nossos Filhos ao tempo de nosso saymento deste mundo, quando for a merce de Deos.”⁹¹

Convém destacar que o documento é posterior a morte de D. Afonso IV, portanto, não é de todo improvável supor que o monarca nunca soube da união matrimonial de seu filho com Inês. Mas a afirmação do cronista de que o rei D. Pedro nunca a nomeou por sua mulher pode ser confrontada com a fonte acima demonstrada e, dessa forma, questionada.

O modo como escreve Fernão Lopes induz o leitor a acreditar que D. Pedro tinha medo de contar a seu pai que se casara. Talvez o infante temesse justamente uma perseguição a dama galega, o que acabou se concretizando. Porém, o simples fato do casal estar junto, independente da união matrimonial, já seria o bastante para causar a morte de Inês. Há, como se pode perceber, a construção de um discurso que pretende incitar controvérsias ao casamento do Infante e de Inês.

Dando seguimento ao capítulo XXVII da *Crônica de D. Pedro I*, o cronista descreve como o rei teria afirmado em Catanhede que se casou com Inês diante de algumas testemunhas, por palavras de presente [os grifos são nossos]:

“(...) E pousando elRei en esta sazom no lugar de Cantanhede, no mês de Junho, avemdo já huuns quatro annos que reinava, teendo hordenado de a pubricar por molher, estando antelle [p. 126] Dom Joham Affonso comde de Barcellos seu mordomo moor, e Vaasco Martins de Sousa seu chamçeller, e meestre Affonso das leis, (...) e outros muitos que dizer nom curamos, fez elRei chamar huun tabeliam, e presente todos jurou aos evangelhos per el corporalmente tangidos, que seendo Iffante, vivemdo aimda elRei seu padre, que estando el em Bragamça podia aver huuns sete anos, pouco mais ou meos, **nom se acordando do dia e mez, que el recebera por sua molher lidema per pallavras de presente** como manda a samta igreja Dona Enes de Castro, filha que foi de Dom Pero Fernamdez de Castro, e que **essa Dona Enes recebera a elle por seu marido per semelhavess palavras, (...), a tivera sempre por sua molher ataa o tempo de sua morte**, vivendo ambos de consuum, e fazemdosse maridança qual deviam.”⁹²

⁹¹ RIBEIRO, João Pedro. Memória para a história das confirmação régia, 1816, p. 37. apud SOUSA, Maria Leonor Machado. *Op. Cit.* p. 19.

⁹² LOPES, Fernão. *Op. Cit.* Cap. XXVII, p. 125 e 126.

Já havia uns quatro anos que D. Pedro reinava quando a corte reuniu-se em Catanhede e o mesmo declarou seu casamento com D. Inês. O cronista cita os nomes daqueles que foram testemunhas do casamento e estavam presentes naquela reunião. No relato, o rei teria chamado um tabelião e, na presença de todos, jurado aos Santos Evangelhos que enquanto fora infante recebera Inês como mulher legítima por palavras de presente, como dita os parâmetros da Igreja. Inês também recebera D. Pedro como marido por semelhantes palavras. Eles permaneceram casados até o dia do assassinato. O que causa dúvidas em relação à existência desse casamento na narrativa de Fernão Lopes é o fato de D. Pedro não se lembrar a data em que ele ocorreu.

A dúvida lançada no momento em que D. Pedro afirma a ocorrência do casamento persiste no capítulo seguinte, “Do testemunho que alguuns derom no casamento de Dona Enes, e das razones que sobrello propôs o comde Dom Joham Affonso”⁹³, em que duas testemunhas relatam os detalhes do casamento, mas nenhuma se recorda da data. No capítulo XXIX – “Razones contra esto dalguns que hi estavom duvidamdo muito em este casamento”- Fernão Lopes continua a abordar a questão da desconfiança em relação a existência de um enlace matrimonial. O trecho abaixo mostra o questionamento de algumas pessoas da época que não acreditaram na versão do monarca [os grifos são nossos]:

“**aquelles que** de chaão e **simpres emtemder eram**, nom escodrinhamdo bem o teçimento de taaes cousas, **ligeiramente lhe derom fé, outorgando seer verdade todo aquello que alli ouvirom. Outros mais sotiis demtender, leterados** e bem discretos, que os termos de tal feito mui delgado **investigarom, buscamdo se aquello que ouviram podia seer verdade**, ou per o contrario; **nom reçoerom isto** em seus emtendimentos, **pareçemdo lhe do todo seer uito contra razom**. (...) o prudente homem que tal cousa ouve que sua razom nom quer conceber, logo se maravilha duvidando muito. [p. 136] (...) dizemdo os que tiinham a parte contraira, contra aquelles que deffendiam seer todo verdade, sua razones em esta maneira. Nom quiserom comsentir os antiigos, que nenhuum razoado homem, **seemdo em sua saúde e emteiro siso, se podesse delle tanto assenhorar o esqueçimento**, que toda cousa notável passada, sempre della nom ouvesse renemramça, (...).”⁹⁴

O cronista relata que os homens de menos conhecimento rapidamente deram crédito a história de D. Pedro, tendo fé de que tudo era verdade. Já os mais letrados foram investigar se

⁹³ Ibidem. Cap. XXVIII, p. 129 a 134.

⁹⁴ Ibidem. Cap. XXVIII, p. 135 e 136.

aquilo era verdade e não aceitaram a versão do monarca por parecer “contra razom”. Os nobres mais velhos concluíram que D. Pedro era jovem e saudável demais para se esquecer da data de um evento ao importante.

Os fragmentos acima mostram que a veracidade da realização do casamento é colocada em dúvida de forma recorrente pelo cronista. É do interesse de Fernão Lopes suscitar essa discussão, pois como já fora dito neste capítulo, o contexto da escrita da crônica é a de legitimação da dinastia de Avis. E como D. Pedro é o pai do mestre de Avis, a confirmação de seu casamento com Inês de Castro tornaria legítimos os filhos que o rei teve com a jovem, complicando o próprio movimento de legitimação da nova dinastia. Mais adiante, ainda no mesmo capítulo da crônica, o autor volta a reiterar o esquecimento do rei [os grifos são nossos]:

“Porem o da assiinado em que tal cousa aveo, **nunca se tira de todo ponto que depois nom torne a nembrar compridamente, por que tal dia he da essemcia da renembrança**, e o processo do tempo nom. **E porem nom he cousa que possa seer, estando homem em sua saúde, que lhe cousa notavel esqueça**, (...) diziam elles, que huum casamento tam notavel como este, e que tamtas razooens tiinha pera ser nembrado, ouvessem em tam pequeno espaço desqueeçer assi aaquelle que o fez, como aos que foram presentes (...)”⁹⁵

Fernão Lopes quer mostrar ao leitor a fragilidade do argumento de D. Pedro que afirma não se recordar de uma data tão marcante. Seria praticamente impossível que um homem tão envolvido amorosamente como Pedro estava de *cousa notável esqueça*, pois *tal dia He da essemcia da renembrança*. Novamente o autor toca no ponto da saúde do monarca: um homem com plena saúde não poderia esquecer o dia de seu casamento. Fica, dessa maneira, registrada novamente a tentativa do cronista de negar o acontecimento da união matrimonial entre Pedro e Inês.

A preocupação de negar o casamento fica mais evidente diante da autorização papal concedida ao infante que permitia a D. Pedro se casar com qualquer mulher desde que fosse devota a Santa Igreja, pois qualquer filho que fosse fruto dessa relação seria considerado legítimo de acordo com a Igreja [os grifos são nossos]:

“(...) queremdo condescender a tuas prezes e delRei Dom Affonso teu padre, (...) pera casardes com qualquer nobre molher, devota a samta egreja de Roma, aimda que (...)”

⁹⁵ Ibidem. Cap. XXVIII, p. 137.

sejaaes divedos e parentes, (...) **que a geeraçom que de vos ambos nascer, seer legitima sem outro impedimento (...)**⁹⁶

Eis, então, mais um motivo para Fernão Lopes questionar a união do infante com a aia. O rei não quis se casar com mais ninguém depois da morte de Inês. Vingou a mulher que amava e depois permaneceu sozinho até o falecimento em 1367. Porém, esta solidão se refere apenas a uniões reconhecidas, pois era costume os reis dormirem com “amigas”, como é citado pelo próprio Fernão Lopes no primeiro capítulo da crônica, “Do Reinado del Rei Dom Pedro, oitavo Rei de Portugal e das comdições que em elle avia” [os grifos são nossos]:

“Este rei nom quis mais casar depois da morte de Dona Enes em seendo Iffamte, nem depois que reinou lhe prouve receber molher; **mas ouve amigas com que dormio**, e de nhuuma ouve filhos, salvo d’huuma dona natural de Galiza que chamaron Dona Tareija, que pario del huum filho que ouve nome Dom Joham, que foi meestre Davis em Purtugal, e depois Rei (...)”⁹⁷

E desta relação com “amigas” que nasceu o Mestre de Avis. Georges Duby, apesar de estar trabalhando com mulheres do século XII, esclarece que as amigas eram mulheres que se deitavam com os monarcas ou grandes senhores sem ficarem difamadas, porque era comum no período o reconhecimento de que os homens não poderiam se satisfazer com apenas uma mulher.⁹⁸

É curioso como o autor não dá muita ênfase na mãe de D. João. Dona Tereza é apresentada apenas como uma amiga com quem D. Pedro dormiu. Provavelmente o mesmo iria acontecer com Inês caso não estivesse ligada a importantes linhagens aristocráticas castelhanas.

Na pena de Camões, como já se destacou, não há tantas referenciais ao casamento de Inês de Castro e o infante D. Pedro. O poeta não faz convergir em sua narrativa os temas do amor e do casamento. Fernão Lopes o faz, mas retirando, sutilmente, ao longo de sua narrativa provocativa, o amor da esfera do casamento. A figura inesiana é apresenta de forma distinta pelos autores Luís de Camões e Fernão Lopes. Separados pelo tempo, os escritores

⁹⁶ Ibidem. Cap. XXVIII, p. 133.

⁹⁷ Ibidem. Cap. I, p. 9.

⁹⁸ DUBY, G. *Damas do século XII - a lembrança das ancestrais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 84.

tinham perspectivas diferentes. Fernão Lopes precisava ser partidário de uma versão política: a de legitimação da nova dinastia que nascera em 1383. Luis de Camões pode ter mais liberdade em seu trabalho de exaltação da nação portuguesa, mas ambos trabalharam para a realeza de Portugal.

Tanto Fernão Lopes quanto Luís de Camões não redigiram obras em torno da figura de Inês, mas apenas tomaram sua história para construir a história da nação portuguesa. A imagem inesiana aparece em Fernão Lopes à sombra dos acontecimentos que envolvem D. Pedro. Fernão Lopes, apesar da quantidade de vezes que nomeia a dama na crônica, tem seu foco voltado para os acontecimentos com o rei. E como a jovem é uma figura de extrema importância nas ações de D. Pedro, ela não poderia de maneira alguma ser ignorada. Todavia, o cronista não se preocupa em descrevê-la fisicamente. Não se sabe, por sua leitura, se Inês é delicada, bonita ou ao menos apaixonada. Ela é objeto de uma análise fria. Os silêncios em torno dessa personagem na construção de Fernão Lopes são muitos. Pode-se extrair da narrativa lopeana a imagem de uma mulher que conquistou D. Pedro e foi a única a entrar na história como rainha depois de morta. Tal ‘morte’ é relida por Camões que idealiza a aia galega enaltecendo a paixão do casal.

A esposa legítima de D. Pedro, Dona Constança Manuel, fica de lado na narrativa de Fernão Lopes. Ela ganha destaque por dar à luz ao filho legítimo do futuro rei, mas quem permanece na memória como a mulher verdadeiramente importante na vida do monarca é Inês de Castro.

Já na perspectiva de Luis de Camões, menos preocupado com as verdades históricas e mais distante no tempo da tragédia, a figura inesiana ganha novas cores. Assim como em Fernão Lopes, o grande acontecimento continua sendo o assassinato da jovem. O poeta dedica seu tempo em descrever Inês, relatar a crueldade de sua morte e achar os culpados da tragédia. Construindo todo o cenário e recriando os personagens da trama, Luis de Camões estabelece uma memória inesiana que reitera, como Fernão Lopes, a legitimidade do amor entre Inês e Pedro. Nesse enredo Inês é uma figura positiva, uma mulher apaixonada, uma mãe atenciosa, uma jovem injustiçada. Fernão Lopes, em contrapartida, comprometido com a afirmação do monarca de Avis, traça outor perfil da dama: ela é a mulher que complica a vida pessoal e política do infante e, mais tarde, rei de Portugal.

Ao término da *Crônica de D. Pedro I* o leitor pode perceber o desvio do foco político que o autor faz. Fernão Lopes direciona sua atenção para o amor que existia ente o casal, mas

sem enaltecê-lo com tanta vivacidade como Camões. Fernão Lopes precisa dissociar o amor de Inês e Pedro dos quadros formais de matrimônio para consolidar o projeto da Dinastia de Avis.

Conclusão

No decorrer deste trabalho o que se procurou fazer foi a análise da figura de Inês de Castro na perspectiva de dois autores portugueses que viveram em épocas distintas: Fernão Lopes e Luis de Camões. Antes da discussão a respeito do modo como os escritores visualizam a personagem, tornou-se fundamental discorrer sobre o tema do casamento medieval, marcado a tentativa crescente de intervenção da Igreja na esfera familiar e também sobre o modo de vida aristocrático e a difusão da literatura de corte. Feito isto, o próximo passo foi contextualizar os personagens Inês de Castro e D. Pedro, para então prosseguir com uma análise mais detalhada das fontes. Para melhor compreensão do que seria exposto, coube acrescentar as motivações de cada autor na escrita de suas obras.

O caso de D. Pedro e Inês de Castro chama atenção na história devido as conseqüências dessa relação conturbada. Não é possível compreender a trama do casal com o olhar de nosso século. É preciso deixar de lado todos os conceitos que já nos são intrínsecos para que o estudo do objeto seja o mais satisfatório possível. Sem essa busca pela maneira que a sociedade era conduzida dificilmente o estudo será bem desenvolvido. Por isso a necessidade de se estudar o casamento no período medieval antes recorrer diretamente a relação de Pedro e Inês.

A Igreja tem um papel fundamental durante todo período medieval, pois como fora a única instituição que permaneceu firme com a queda do Império Romano deu a si mesma o direito de intervir na condução da sociedade da maneira que melhor lhe conviesse. Ao longo dos séculos faz uma série de intervenções no modo de vida dos indivíduos, a começar pelo nascimento com o batismo da criança. Cria-se assim uma grande rede de parentesco onde todos são irmãos: Deus representa o pai e a Igreja a mãe. Esses laços de parentesco espirituais interferem nos laços de parentesco carnis, pois como foi visto no primeiro capítulo, a partir do século VII ficou proibida a aliança matrimonial entre pessoas com algum grau de parentesco batismal.

No entanto, deve-se considerar que havia uma distância entre a teoria e a prática, pois a própria Igreja toma uma postura de negociar dispensas ou interditar casamentos. Tal prática pode ser vista no próprio caso de D. Pedro, que tinha permissão papal para se casar com a parenta que lhe aprouvesse. Os filhos dessa relação seriam considerados legítimos, e isso tem grande importância no período devido as mudanças que foram ocorrendo a partir do século XI

em relação a terra. Apenas os filhos legítimos teriam direito à herança e caberia ao primogênito administrar as posses deixadas, pois evitaria a constante divisão de terras.

A intervenção da Igreja sobre o casamento variou de acordo com o lugar. Em Portugal não foi imediata a aceitação das mudanças. A presença de um sacerdote não era obrigatória na consolidação da união. Por isso, caso tenha realmente ocorrido uma união entre D. Pedro e Inês ela seria legítima, tomando por base o modo como a cerimônia é descrita na crônica. A questão que é colocada por Fernão Lopes não é a validade do casamento deles, e sim se ele realmente teria acontecido, pois o esquecimento de uma data tão significativa deixou tanto os nobres da época quando os historiadores de hoje em dúvida quanto sua existência.

A *Crônica de D. Pedro I*, como foi visto no terceiro capítulo, é uma fonte que necessita de certos cuidados ao ser trabalhada, a começar pelo autor. Fernão Lopes não fez parte dos acontecimentos que narra. Ele nascera no período de consolidação de uma nova dinastia. Por isso o leitor deve ficar atento ao recorte que o cronista faz dos acontecimentos do reino (dando ênfase nos grandes feitos do rei) e as omissões, pois até o fato de não se pronunciar sobre algum assunto pode indicar um favoritismo do autor em relação a alguma questão.

Essas omissões são notáveis quando se busca informações sobre a figura de Inês na crônica. Apesar de seu nome ser citado algumas vezes, o autor não se mostra interessado na vida da dama. Pelo contrário, sua morte é que recebe atenção, pois as conseqüências da relação com D. Pedro refletem diretamente nos acontecimentos do reino. Um possível casamento entre eles seria um negócio desvantajoso para Portugal e por isso foi uma ideia tão repudiada por D. Afonso IV que não mediu esforços para separar o casal.

Uma história que a princípio não passaria de interesses políticos acabou ganhando um tom de romance anos mais tarde. *Os Lusíadas* abriu espaço para recontar esse trágico episódio do reino português. Mas a proposta era outra. Luis de Camões não deu continuidade ao olhar frio que Fernão Lopes deixou sobre a mulher que roubou o coração de D. Pedro, mas investiu de novo sentido o enlace de D. Pedro e D. Inês de Castro. O cronista aponta o nome de Inês relacionando-o sempre a alguma ação referente ao monarca; já o poeta se prende a tragédia de Inês, tratando o mínimo possível do rei. Todavia, ambos acabam tomando um mesmo rumo sobre a personagem: a narrativa é construída em torno de seu assassinato e da legitimidade do amor dos mesmos. Convém ressaltar que apesar de ter constituído-se como uma espécie de mito da historiografia e memória portuguesas pouco se sabe sobre a vida de Inês e se não

fosse as conseqüências que esse romance causou talvez seu nome tivesse passado despercebido pela história.

A narrativa poética de Luis de Camões apresenta maior liberdade frente ao compromisso histórico da veracidade dos fatos. Sendo assim, a jovem Inês, que como as demais mulheres no discurso lopeano são apresentadas sempre de forma indireta, ganha voz em *Os Lusíadas*. Além disso, o poeta se preocupa em descrever sua personagem e dá importância a sua tragédia. Ainda que Fernão Lopes tenha se preocupado em ressaltar no final da *Crônica de D. Pedro I* o amor-paixão que existiu entre o casal, não o faz na mesma proporção que Luis de Camões que chega a culpar a intensidade desse amor pela tragédia que ocorreu com Inês. Nem poderia, pois se tratam de narrativas com perspectivas distintas. A exaltação que Fernão Lopes faz ao amor entre o infante e a aia encobre o foco principal da legitimação do casamento, deixando de lado a possibilidade dos filhos de D. Inês poderem reivindicar o trono.

Entretanto, as diferenças entre os autores, que são mais evidentes, não devem esconder a continuidade que há na narrativa de ambos. Pode-se perceber que o perfil de Inês traçado por Luís de Camões possui uma base em Fernão Lopes. O cronista foi um dos primeiros a rememorar a história de Inês, mas não informa muito sobre a dama. Essa falta de informações abre espaço para o pensamento livre dos poetas, mas não anula o que já foi dito sobre ela. Fernão Lopes acaba sendo um dos escritores mais próximos no tempo da personagem e sua narrativa uma fonte importante a ser revista.

Enfim, conhecer quem foi Inês de Castro – sua infância, sua aparência, sua verdadeira intenção com o envolvimento com D. Pedro – é uma tarefa que continuará tendo suas limitações, pois poucas informações sobre a dama puderam atravessar os séculos. Os documentos aos quais se tem acesso não passam de construções históricas com intenções bem definidas e discursos bem elaborados. Por isso deve-se ficar atento as mensagens que estão sendo passadas, analisando-as criticamente. No entanto, não fossem os trabalhos históricos e literários o perfil de Inês ao menos seria construído e o historiador nunca teria acesso a essa instigante personagem que se tornou rainha pós-morte.

REFERÊNCIAS

Fontes:

CAMÕES, Luís. *Os Lusíadas*. 2. ed. Martin Claret: São Paulo, 2009. pp. 98 a 102.

LOPES, Fernão. *Crônica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização, 1965.

Bibliografia

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

COSER, Miriam. *Casamento, política e direito das mulheres na Idade Média portuguesa*. In: Revista do Mestrado em História – Universidade Severino Sombra. V. 10. 2008. Pp. 93-105.

DUBY, Georges. *Damas do século XII – a lembrança das ancestrais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DUBY, Georges. *Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu séc. VII-XII*. 2. Ed. Lisboa: Estampa, 1993.

DUBY, Georges. *Idade Média, Idade dos homens: do amor e outros ensaios*. 4. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUERREAU-JALABERT, Anita. *Parentesco*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático de História Medieval*. São Paulo: EDUSC e Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LE GOFF, J. *As Raízes Medievais da Europa*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

MARQUES, Antônio Henrique de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa: aspectos da vida cotidiana*. 4. Ed. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1992.

PASTOUREAU, Michel. *No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda: França e Inglaterra, séculos XII e XIII*. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1989.

SANTOS, Danielle de Oliveira dos. *O modelo de casamento em Portugal Medieval a partir o caso de D. Inês de Castro e do infante D. Pedro (1340-1360)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

SARAIVA, Antônio José. *Fernão Lopes*. 2. Ed. Lisboa: Europa-America, 1965.

SOUSA, Maria Leonor Machado de. *Inês de Castro: um tema português na Europa*. Lisboa: Edições 70, s/d.

TREVISAN, Mariana Bonat. *As aias Inês de Castro e Maria de Padilha nas crônicas de Pero Lopes de Ayala e Fernão Lopes (séculos XIV e XV)*. Curitiba: UFPA, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no Ocidente cristão*. São Paulo: Ática, 1986.

Anexos

CRONOLOGIA DA INSTITUIÇÃO DO CASAMENTO

<i>Período</i>	<i>Principais acontecimentos</i>
Século IV e V	Teólogos, sínodos e concílios preocuparam-se em fixar a doutrina cristã do matrimônio e determinar suas condições de validade. (O fato das prescrições da Igreja só terem sido parcialmente aceitas não invalida este dado histórico).
Século V	Agostinho inaugura um processo que se estende por toda a Idade Média. Afirma que o casamento foi uma instituição de Deus feita no paraíso entre Adão e Eva, antes do pecado original. O casamento e a relação sexual são desvalorizados frente à castidade, porém aceitos sob a condição de serem controlados e associados a um laço espiritual. Essa concepção leva ao desenvolvimento de um modelo de casamento monogâmico, indissolúvel e exogâmico.
Século IV e VI	Tendo se tornado a instituição dominante e única que permaneceu de pé após a queda do Império Romano, a Igreja encontra-se no direito de definir as regras sociais.
A partir do século VI	A concepção de casamento é transformada. Ligado à sexualidade, o casamento passa a ser vinculado ao pecado, e por isso é cada vez mais desvalorizado. Virgindade e continência são os valores dignos de exaltação.
Século VII	A Igreja proíbe casamentos entre pessoas com parentesco batismal: parinhos e afilhados, padrinhos e compadres, afilhados e filhos do padrinho.
Século X e XI	Restrição do casamento dos caçulas e casamento das herdeiras são determinados pela necessidade de se manter os bens materiais e pela necessidade de estender a rede de relações sociais.
Séculos XI e XII	Igreja se impõe com maior vigor sobre as exigências de um modelo clerical de casamento. As regras impostas pela Igreja causaram descontentamento e conflitos, pois os costumes laicos como concubinato, repúdio a esposa, segundo casamento e união entre parentes próximos foram comuns durante a Alta Idade Média e não encontraram nenhuma oposição.
Século XI	Reforma Gregoriana: Ficou estabelecido que ninguém poderia contrair matrimônio com uma pessoa que fosse sua parenta até 7º grau. Para a nobreza era um fator complicador para estabelecer alianças vantajosas. A

	Igreja se preocupava com o enfraquecimento do seu poder.
Século XI	Surgimento de um novo sistema antroponímico, ou seja, um nome individual seguido de um nome que exprime vínculo familiar.
A partir de meados do século XI	Difusão de uma literatura dita genealógica que tinha o objetivo de legitimar a posição social de uma determinada família. / Desenvolvimento do direito de primogenitura, utilizado para frear a fragmentação dos poderes senhoriais.
Século XII	O casamento, visto como imagem mística da união entre Cristo e a Igreja, passa a ser um dos sete sacramentos.
Séculos XII/XIII	Os filhos ilegítimos são excluídos da herança e submetidos ao menosprezo e as regras discriminatórias.
Século XIII (1215)	Concílio de Latrão IV: Como as regras canônicas constituíam uma rede complexa difícil demais para ser compreendida, a Igreja desloca o limite da interdição matrimonial para o 4º grau canônico e suprime as proibições laterais. Apesar de parecer uma medida de fraqueza da Igreja na verdade ela mostra seu triunfo: uma vez estabelecido o modelo clerical de casamento, a Igreja pode agir mais moderadamente, compatível com a realidade. O casal de noivos passa a ser obrigado a anunciar sua intenção de casar.
Século XVI	Concílio de Trento: Torna obrigatória a intervenção de um sacerdote no ritual do casamento. Antes dessa regra, de acordo com a norma canônica o consentimento dos esposos é que dava validade a união.



Imagem 1: “Morte de Inês” ou “Drama de Inês de Castro”
Pintor: Columbano
(Fonte: <http://lusitanapaixao.wordpress.com/page/2/>)



Imagem 2: “A que depois de morta foi Rainha”
Pintor: Lima de Freitas
(Fonte: <http://lusitanapaixao.wordpress.com/page/2/>)

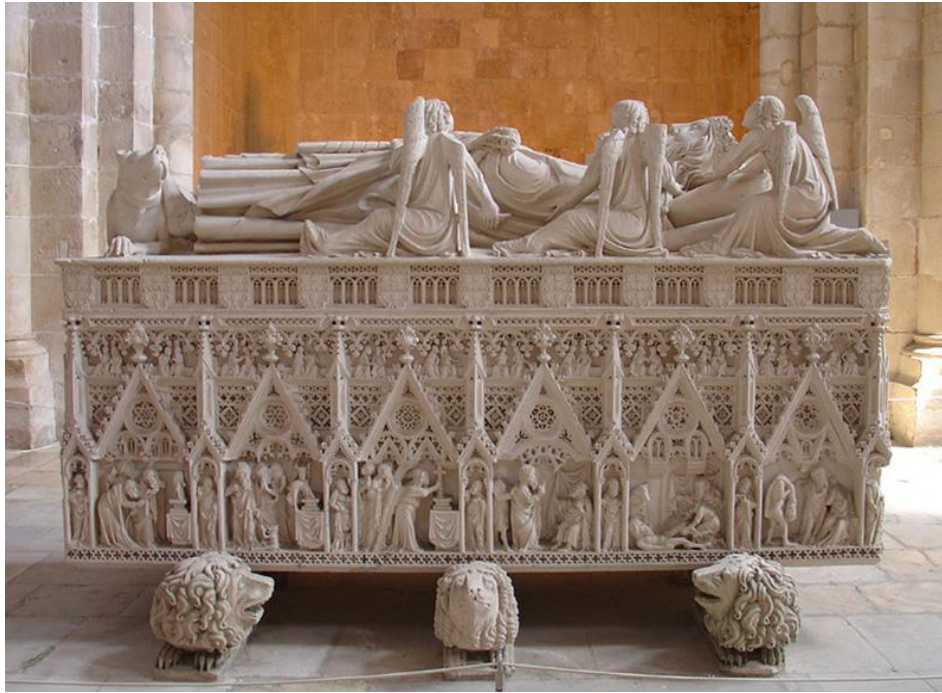


Imagem 3: Foto do túmulo que D. Pedro mandou construir para Inês de Castro
Fonte: (http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:T%C3%BAmulo_de_D._In%C3%AAs_de_Castro.jpg)



Imagem 4: Foto do túmulo que D. Pedro mandou construir para si
Fonte: (http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:T%C3%BAmulo_de_D._Pedro_I.jpg)